



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO - PPGCNUT

VANESSA MENESES COSTA

**MANUAL DAS CANTINAS ESCOLARES SAUDÁVEIS:
REVISÃO E VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO**

São Cristóvão/SE

Agosto, 2024

VANESSA MENESES COSTA

**MANUAL DAS CANTINAS ESCOLARES SAUDÁVEIS:
REVISÃO E VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Nutrição.

Orientadora: Profa. Dra. Andhressa Fagundes

Coorientadora: Profa. Dra. Vanessa Ramos Kirsten

São Cristóvão/SE

2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C837m Costa, Vanessa Meneses
Manual das cantinas escolares saudáveis : revisão e
validação de conteúdo / Vanessa Meneses Costa ; orientadora
Andhressa Fagundes. – São Cristóvão, SE, 2024.
96 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciências da Nutrição) –
Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Crianças - Nutrição. 2. Alimentos naturais. 3. Escolas –
Serviços de promoção da saúde. 4. Obesidade em crianças. I.
Fagundes, Andhressa, orient. II. Título.

CDU 613.22:642.2:37

VANESSA MENESES COSTA

MANUAL DAS CANTINAS ESCOLARES SAUDÁVEIS: REVISÃO E VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANDHRESSA ARAUJO FAGUNDES**
Data: 21/10/2024 13:23:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Andhressa Fagundes (UFS)
Orientadora PPGCNUT/UFS

Documento assinado digitalmente
 **LARISSA LOURES MENDES**
Data: 21/10/2024 13:35:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Larissa Loures Mendes
1ª. Examinadora/UFMG

Documento assinado digitalmente
 **CRISTINE GARCIA GABRIEL**
Data: 21/10/2024 21:35:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Cristine Garcia Gabriel
2ª. Examinadora/UFSC

Aprovada em 15 de agosto de 2024

Dedico esta dissertação à minha família e a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, lutam incansavelmente pela garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, e pelo fortalecimento das políticas públicas de alimentação e nutrição em todos os âmbitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus no qual acredito, cuja força e presença são reais e inexplicáveis, e que tem me acompanhado ao longo da minha existência. O Deus que tem me guiado no caminho do bem e da justiça, e que tem me feito forte para suportar as adversidades, me presenteando com verdadeiros anjos em forma de gente.

Agradeço às duas pessoas que me deram a vida e que me ensinam diariamente o valor inestimável da simplicidade e do que realmente importa. Minha mãe Lourdinha e meu pai Aprígio. Obrigada por me ensinarem a ser forte e corajosa e por todos os esforços que fizeram para garantir meu acesso à educação. Vocês são minha maior fonte de inspiração e os motivos pelos quais meus sonhos estarão sempre aqui.

Às minhas irmãs, Ivani, Vanusa, Faby e Tati, por serem a minha fortaleza e por todo cuidado até aqui. Sem vocês, a trajetória teria sido mais pesada e eu não seria a mesma pessoa. Aos meus sobrinhos, Joca e Titinho, e às minhas sobrinhas Loló e sua irmãzinha que está a caminho, por preencherem meu coração do amor mais puro e genuíno que já senti. Amo muito vocês, pedacinhos de mim. Aos meus cunhados Léo, Thiago e Evandro, pelos momentos de descontração e pelo incentivo de sempre.

À minha amada namorada Jainara, por todo amor, pelo cuidado, por não me deixar esmorecer nos dias difíceis e por estar sempre aqui. Obrigada por existir e por enfrentar os desafios ao meu lado. Te amo. À minha cachorrinha One, dos olhinhos meigos e o ser mais doce e entusiasmado com a vida que conheço.

À minha orientadora Andhressa Fagundes por ser a professora mais representativa que tenho a honra de conhecer. Obrigada por todo o cuidado, orientação, paciência, cumplicidade, amizade, confiança e compreensão de sempre. Sem você, isso não seria possível. Obrigada por ter me acolhido desde a graduação e por ensinar pelo exemplo. Você é brilhante. Foi uma honra ter sido orientada por você ao longo da minha trajetória.

À minha coorientadora Vanessa Kirsten pelas contribuições durante o desenvolvimento do projeto, pela disponibilidade, pelo carinho e pela sensibilidade de sempre. Sou grata por tê-la encontrado no caminho, querida. Às professoras Larissa Mendes, Cristine Gabriel e Liliane Pires por aceitarem contribuir com esse trabalho desde o exame de qualificação. Obrigada pela disponibilidade, olhar atento e cuidadoso. Às professoras do DNUT/UFS e do

PPGCNUT/UFS pelas contribuições na minha formação desde a graduação. Vocês representam muito.

À equipe de pesquisadoras da Carta-Acordo da qual resultou este trabalho, Profa. Vanessa Kirsten, Profa. Larissa Mendes, Luana Lara, Mariana, Luisa Vilela, Luiza Delazari, Nayhanne e Bruna Ungaratti. Cada uma de vocês foi imprescindível para a concretização desse projeto. Aprendi muito com vocês durante todo o processo. Muito obrigada.

À minha turma de mestrado, pela leveza nos momentos de luta e pelas risadas nos momentos de glória. Foi especial encontrar cada um de vocês nessa jornada. Vocês são os maiores. Em especial, agradeço ao meu amigo Adelson, minha dupla dos trabalhos e um lindo encontro que levarei para a vida. Às minhas amigas da vida e da alma, Ritinha, Poli e Fran. Obrigada por serem exatamente quem vocês são, por toda a torcida e pelos momentos de acolhimento e de escuta ao longo do processo. Amo vocês.

À Fernanda Santana, pela oportunidade de trabalharmos juntas, por acreditar no meu potencial e por me ensinar diariamente como fazer gestão do SUS com ética, comprometimento, vontade e pautada na garantia de direitos. Obrigada pelo apoio, pela sensibilidade e por possibilitar a conciliação do Mestrado com o trabalho. Você me inspira e me ensina muito.

A todas as pesquisadoras e pesquisadores que aceitaram participar dos painéis de especialistas para a revisão e validação de conteúdo do material. Obrigada pela disponibilidade, pelo comprometimento com a promoção da alimentação adequada e saudável, pelo incentivo à construção de ambientes alimentares saudáveis e pelas valiosas contribuições.

Ao Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, e à Organização Pan-americana de Saúde pelo financiamento do projeto e pelo relevante, contínuo e permanente investimento em políticas e ações voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável e fortalecimento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) no Brasil.

“O que sabemos tem importância. Mas quem nós
somos importa muito mais.” (Brené Brown)

COSTA, V. M. Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: revisão e validação de conteúdo [Dissertação]. São Cristóvão - SE. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, Universidade Federal de Sergipe. 2024.

RESUMO

Introdução: A obesidade na infância e na adolescência tem aumentado de maneira expressiva ao longo dos anos, resultado de diversos fatores individuais e ambientais. A comercialização de alimentos e bebidas ultraprocessados em cantinas escolares tem sido um fator agravante. Materiais técnicos com diretrizes nacionais atualizadas, podem favorecer a implementação de cantinas escolares saudáveis, incentivando melhores escolhas alimentares, entre crianças e adolescentes, no ambiente escolar. **Objetivos:** Validar o conteúdo da segunda edição do “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável”. **Métodos:** Estudo metodológico desenvolvido em cinco etapas: 1) levantamento bibliográfico nas principais bases de dados científicas e repositórios institucionais nacionais; 2) atualização do conteúdo do material; 3) revisão do conteúdo por pesquisadoras envolvidas com a temática de cada capítulo; 4) revisão do material pelo órgão gestor, a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN/MS); 5) validação de conteúdo por painel de especialistas na temática e profissionais de Comunicação ou Linguagem, das cinco regiões do país. A coleta de dados da validação ocorreu por meio de questionário *on-line*, com opções de resposta de concordância em escala Likert. Na análise dos dados foi utilizada estatística descritiva para os dados sociodemográficos dos especialistas e Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) para cada item (CVCi), para cada domínio (CVCd) e para o material completo (CVCf), com ponto de corte igual a 0,80. Foram avaliados itens relacionados aos domínios: Objetivos, Relevância e Linguagem. **Resultados:** O conteúdo da segunda edição do Manual foi validado por 11 juízes especialistas nas temáticas ambiente alimentar escolar e promoção da alimentação adequada e saudável e por cinco profissionais de Comunicação ou Linguagem. Para os domínios objetivos, relevância e linguagem foram obtidos CVC de 0,93, 1,0 e 0,87, respectivamente. O CVC final foi de 0,93. **Considerações finais:** O documento atualizado e validado é adequado para a comunidade escolar e poderá contribuir na implementação de cantinas escolares saudáveis, sendo uma potente ferramenta de transformação do ambiente escolar em locais de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

Palavras-chave: Ambiente Alimentar; Alimentação Saudável; Promoção da Saúde na Escola; Obesidade infantil. Estudos de Validação.

COSTA, V. M. Health School Canteens Manual: review and validating content [Dissertation]. São Cristóvão - SE. Graduate Program in Nutrition Sciences, Federal University of Sergipe. 2024.

ABSTRACT

Introduction: Obesity in childhood and adolescence has increased significantly over the years, as a result of several individual and environmental factors. The sale of ultra-processed foods and drinks in school canteens has been an aggravating factor. Technical materials with updated national guidelines can favor the implementation of healthy school canteens, encouraging better food choices among children and adolescents in the school environment.

Objectives: To validate the content of the second edition of the “Healthy School Canteens Manual: promoting healthy eating”. **Methods:** Methodological study, developed in five stages: 1) bibliographical survey in the main scientific databases and national institutional repositories; 2) updating the content of the material; 3) review of the content by researchers involved with the theme of each chapter; 4) review of the material by the General Coordination of Food and Nutrition (CGAN/MS); 5) content validation by a panel of experts on the subject and Communication and Language professionals from the five regions of the country. Validation data was collected through an online questionnaire, with response options based on a Likert scale. In data analysis, descriptive statistics were used for the specialists' sociodemographic data and Content Validity Coefficient (CVC) for each item (CVCi), for each domain (CVCd) and for the complete material (CVCf), with a cutoff point equal to 0.80. Items related to the Objectives, Relevance and Language domains were evaluated. **Results:** The content of the second edition of the Manual was validated by 11 expert judges on the themes of school food environment and promotion of adequate and healthy eating and by five Communication or Language professionals. For the objective, relevance and language domains, CVCs of 0.93, 1.0 and 0.87 were obtained, respectively. The final CVC was 0.93. **Final considerations:** The updated and validated document is suitable for the school community and could contribute to the implementation of healthy school canteens, being a powerful tool for transforming these spaces into places to promote adequate and healthy eating in the school environment.

Keywords: Food Environment; Healthy eating; Health Promotion at School; Child obesity. Validation Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Etapas para a execução da pesquisa "Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: revisão e validação de conteúdo". Brasil, 2024.....	33
Figura 2- Seleção de pesquisadoras para a terceira etapa da pesquisa e primeira revisão de conteúdo por capítulo do “Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável”. Brasil, 2024.....	37
Figura 3- Formulário eletrônico utilizado na etapa 3 para revisão do conteúdo por pesquisadoras com expertise na temática de cada capítulo. Brasil, 2024.....	38
Figura 4- Fases do processo de validação de conteúdo da segunda edição do “Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável”. Brasil, 2024.....	39
Figura 5- Seleção de especialistas para os painéis de juízes da etapa de validação de conteúdo do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável. Brasil, 2024.....	42
Figura 6- Fases da coleta de dados para validação de conteúdo do “Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável”. Brasil, 2024.....	45
Figura 7- Capa e Sumário da primeira edição do Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável, publicada em 2010. Brasil, 2024.....	48
Figura 8- Capa e Sumário da primeira versão diagramada do “Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável”. Brasil, 2024.....	49
Figura 9- Páginas do Capítulo 5: O que é uma alimentação adequada e saudável, da primeira versão diagramada do Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável 2ª edição. Brasil, 2024.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Série histórica das principais medidas regulatórias voltadas à comercialização de alimentos e bebidas no ambiente escolar de escolas públicas e privadas, em território nacional nos últimos 20 anos. Brasil, 2024.	23
Quadro 2- Publicações consultadas para a atualização do conteúdo do “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável”. Brasil, 2024.	34
Quadro 3- Comparativo entre o conteúdo das duas edições do manual de cantinas saudáveis. Brasil, 2024.	35
Quadro 4- Critérios de inclusão para a composição dos painéis de especialistas para validação do Manual. Brasil, 2024.	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos especialistas participantes da pesquisa, de acordo com dados sociodemográficos e trajetória profissional. Brasil, 2024.....	43
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AA	Ambiente Alimentar
AAE	Ambiente Alimentar Escolar
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CVC	Coeficiente de Validade de Conteúdo
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COTAN/MEC	Coordenação Técnica de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Educação
CGAN	Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição
DP	Desvio Padrão
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
Proteja	Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil
Erica	Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes
FENEP	Federação Nacional das Escolas Particulares
FAO	Food and Agriculture Organization
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GAPB	Guia Alimentar para a População Brasileira
PEI	Índice de Polarização dos Juizes (<i>Polarization Experts Index</i>)
IVC	Índice de Validade de Conteúdo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IVCES	Instrumento de Validação de Conteúdo Educativo em Saúde
MEC	Ministério da Educação
NIH	<i>National Library of Medicine</i>
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PPGCNUT	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAAS	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UFS	Universidade Federal de Sergipe

WHO *World Health Organization*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 OBJETIVOS.....	16
2. 1 Objetivo Geral	16
2. 2 Objetivos Específicos	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3. 1 Ambiente Alimentar Escolar: definição e características	17
3. 2 Comercialização de alimentos no ambiente escolar: realidade das cantinas no Brasil e sua relação com o estado nutricional de crianças e adolescentes	19
3. 3 Diretrizes e regulamentação do comércio de alimentos no ambiente escolar para promoção da alimentação adequada e saudável	22
4 METODOLOGIA	34
4. 1 Inserção da pesquisa e aspectos éticos	34
4. 2 Tipo e desenho do estudo	34
4. 2. 1 Etapa 1: Revisão da literatura técnico-científica	35
4. 2. 2 Etapa 2: Atualização do conteúdo do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis	36
4. 2. 3 Etapa 3: Revisão do material por pesquisadoras com expertise na temática de cada capítulo	37
4. 2. 4 Etapa 4: Revisão do material pela equipe técnica da CGAN/MS.....	40
4. 2. 5 Etapa 5: Validação de conteúdo por painel de especialistas.....	40
4. 3 Diagramação	48
4. 4 Destinação dos resultados e planejamento de publicações	52
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	53

5. 1 Artigo Científico	53
5. 2 Relatório técnico para CGAN/MS.....	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	83
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado na pesquisa.....	83
APÊNDICE B - Marco Lógico da pesquisa “Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: revisão e validação de conteúdo”, São Cristóvão, 2024.....	85
APÊNDICE C - Instrumento de coleta de dados utilizado para a validação de conteúdo e de aparência pelos especialistas na temática.....	87
APÊNDICE D - Instrumento de coleta de dados utilizado para a validação de aparência por especialistas em comunicação e linguagens.....	90

APRESENTAÇÃO

“O caminho se faz ao caminhar” (Antônio Machado). Com essa representativa citação, começo a apresentação dessa dissertação com coração repleto de satisfação e alegria por todo o caminho trilhado até aqui, desde o momento em que decidi me tornar Nutricionista, lá atrás, no ano de 2014. Foi uma árdua, gratificante e enriquecedora trajetória. Desde o princípio, todas as minhas decisões acadêmicas e profissionais foram motivadas pelo meu incessante desejo de contribuir com a vida das pessoas, tocá-las com o meu conhecimento e contribuir com a promoção da saúde e a garantia de direitos.

Durante a graduação, desenvolvi atividades de pesquisa e extensão em outras áreas de atuação, mas foi na Saúde Coletiva que encontrei o meu propósito. Findada a graduação, vivenciei a rica e desafiadora experiência de uma residência multiprofissional em epidemiologia, fiz alguns cursos de aperfeiçoamento, e me envolvi em atividades de pesquisa e participação em congressos, reacendendo em mim o antigo desejo de ingressar no Mestrado acadêmico, para desenvolver habilidades de pesquisa e contribuir com a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) e com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) por meio da ciência.

Ao longo desses dois anos e meio, o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição (PPGCNUT/UFS) me possibilitou muitos aprendizados e oportunidades profissionais, que extrapolam sobremaneira as linhas desta dissertação. Além do contato com grandes pesquisadoras da área, a participação em um projeto multicêntrico, intitulado “Promoção da alimentação saudável em ambientes alimentares escolares”, fruto de Carta Acordo, assinada em 2022, entre Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Saúde (CGAN/MS), Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), contribuiu com a revisão, atualização e validação de conteúdo de um importante material técnico que favorecerá a PAAS no ambiente escolar e me proporcionou amadurecimento técnico-científico necessário para a produção de conhecimento e para enfrentar o grande desafio de comunicar ciência de maneira simples e inteligível, a fim de democratizar o saber científico.

Também, durante a trajetória no Mestrado, participei de alguns congressos científicos no âmbito da saúde coletiva e me tornei gestora em saúde pública, uma experiência que tem me desafiado, me alegrado e me ensinado diariamente a arte de fazer gestão com ética, responsabilidade, com vistas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e à valorização da vida. Sem dúvidas, toda minha trajetória acadêmica na UFS contribuiu com a efetivação desses princípios e têm norteado a minha atuação profissional.

Por fim, saliento que o mestrado foi uma experiência única. A finalização desta importante etapa profissional, significa mais do que a obtenção de um título acadêmico e alguns pontos no currículo, significa um ato político e contra-hegemônico, que reafirma o papel imprescindível das políticas de acesso e manutenção das filhas dos operários nas universidades públicas federais.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento das técnicas científicas e o surgimento de novas demandas de saúde, ao longo dos anos observou-se uma mudança de rota da Nutrição, inicialmente focada em problemas relacionados à fome e às carências nutricionais, e posteriormente com olhar mais abrangente para todas as formas de má nutrição, como a obesidade, configurada como um grave problema de saúde pública mundial (Poulain, 2013; Seixas *et al.*, 2020; WHO, 2018).

Nesse cenário, nas últimas décadas, especificamente a obesidade na infância e na adolescência aumentou de maneira expressiva em todo o mundo, principalmente em países de baixa e média renda, como o Brasil (Guedes; Melo, 2021; Jebeile *et al.*, 2022). Atualmente, uma em cada três crianças brasileiras está com sobrepeso ou obesidade, e caso a tendência se mantenha, em 2035, metade das crianças e dos adolescentes do Brasil estarão com algum grau de excesso de peso (WFO, 2024).

A obesidade infanto-juvenil é resultado de uma série complexa de fatores individuais e ambientais que atuam em múltiplos contextos: familiar, comunitário, escolar, social e político (Cockerham; Hamby; Oates, 2017; Swinburn, 2013). Dessa forma, tem se tornado imperativo o investimento em medidas político-administrativas dos diversos setores da sociedade que apoiem e incentivem mudanças ambientais que dificultem o consumo de alimentos ultraprocessados e facilitem o consumo de alimentos saudáveis, para garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos, uma vez que a maioria dos fatores de risco associados aos desfechos de má nutrição são passíveis de modificáveis (Guedes; Melo, 2021; Seixas *et al.*, 2020; WHO, 2018).

No contexto escolar, estudos nacionais e internacionais mostram que a elevada comercialização de alimentos ultraprocessados como salgados fritos, balas, doces, refrigerantes e outras bebidas açucaradas em cantinas escolares comerciais e no entorno das escolas têm contribuído com essa epidemia, uma vez que a presença desses estabelecimentos favorece a exposição a um ambiente alimentar obesogênico e aumenta a probabilidade de consumo desse tipo de alimento (Assis, 2021; Giacomelli *et al.*, 2017; Henriques *et al.*, 2021; Nool *et al.*, 2019; Santos; Fagundes; Gabriel, 2017; World Cancer Research Fund, 2018; WHO, 2016).

Segundo os dados da quarta edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada em 2019, no Brasil, existe uma elevada prevalência de cantinas nas escolas, sobretudo na rede de ensino privado (IBGE, 2021). Dessa maneira, considerando que crianças e adolescentes passam, no mínimo, um terço do dia no ambiente escolar, e que cerca de 30% a 50% de sua ingestão alimentar diária ocorre nesse ambiente (Stallings, 2007), a escola tem

sido considerada um dos eixos estratégicos prioritários para a promoção da alimentação adequada e saudável entre esse público (Brasil, 2022; Reed, 2014; OPAS, 2014).

Do ponto de vista das medidas norteadoras voltadas para a prevenção da obesidade infanto-juvenil e melhoria dos hábitos alimentares no âmbito escolar, existe uma gama de iniciativas em diferentes regiões do país que contemplam a distribuição, oferta, comercialização, regulação de propaganda e publicidade de alimentos e bebidas ultraprocessadas, e que priorizam a oferta de alimentos *in natura* e minimamente processados (Kurihayashi *et al.*, 2022). Entretanto, ainda há fragilidades nos processos de fiscalização e sistematização das medidas regulatórias, dificultando a sua efetivação (Brasil, 2007; Gabriel *et al.*, 2012).

Nesse contexto, o Ministério da Saúde tem elaborado documentos com diretrizes para as cantinas escolares, com o objetivo de guiar proprietário(a)s de cantinas para a transformação dos seus estabelecimentos em locais de promoção da alimentação adequada e saudável por meio da comercialização de lanches saudáveis (Brasil, 2010). Como exemplo, temos a primeira edição do “Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável”, lançado em 2010 e também, mais recentemente, em 2021, a publicação da Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja), que contempla um conjunto de ações essenciais para o combate da obesidade infantil e para a construção de ambientes escolares saudáveis nas esferas municipais (Brasil, 2022).

Diante disso, após mais de uma década da publicação da primeira versão do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis e tendo em vista o papel das cantinas no acesso e na disponibilidade de alimentos no ambiente escolar, tornou-se imperativa a revisão de conteúdo do referido material, alinhando-o às recentes recomendações nacionais sobre alimentação adequada e saudável, sobretudo, em relação à classificação NOVA de alimentos. Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como foco garantir uma ferramenta confiável e capaz de contribuir com a disseminação de instruções adequadas aos proprietários de cantinas escolares, favorecendo a implementação de cantinas saudáveis e a promoção da alimentação adequada e saudável.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Validar o conteúdo da segunda edição do “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável”.

2.2 Objetivos Específicos

1. Realizar revisão técnico-científica da literatura acerca de cantinas saudáveis no contexto do ambiente alimentar escolar;
2. Atualizar o conteúdo da primeira edição do “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável”;
3. Realizar o processo de validação de conteúdo da segunda edição do “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Ambiente Alimentar Escolar: definição e características

O ambiente em que as pessoas vivem, trabalham ou estudam é determinante para as suas escolhas e consumo alimentar, uma vez que hábitos e comportamentos se formam e se sustentam pelos contextos sociais onde se desenvolvem (Seixas *et al.*, 2020). Tendo isso em vista, diversas organizações têm recomendado a construção de ambientes favoráveis à alimentação adequada e saudável como ação estratégica para o combate a todas as formas de má nutrição, e suas consequências deletérias à saúde humana, em todos os ciclos da vida (Brasil, 2022; WHO, 2018).

Em sentido amplo, por definição, o Ambiente Alimentar (AA) se refere ao contexto físico, econômico, político e sociocultural que interfere nas escolhas alimentares e no estado nutricional das pessoas (Swinburn *et al.*, 2013). A depender do modelo teórico, o ambiente alimentar pode ter diferentes classificações. De acordo com o modelo proposto por Glanz *et al.* (2005), com base em um modelo ecológico do comportamento em saúde, o ambiente alimentar pode ser dividido em: comunitário, do consumidor, da informação e organizacional. Este último refere-se aos estabelecimentos que comercializam alimentos dentro de lugares específicos, como locais de trabalho, estabelecimentos de saúde, universidades e escolas (Glanz *et al.*, 2005). Para os autores, esses quatro tipos de ambientes são influenciados pelas políticas governamentais e pela indústria de alimentos (Glanz *et al.*, 2005).

Posteriormente, Story *et al.* (2008) publicaram um modelo conceitual no qual o ambiente alimentar é dividido em dois níveis: micro e macro. Nesse modelo, apesar de não ser adotado o conceito propriamente dito de ambiente organizacional, os autores se referiram ao ambiente físico no qual os indivíduos estão inseridos, onde comem ou adquirem os alimentos e interagem entre si, como casas, locais de trabalho, escolas (Story *et al.*, 2008).

Em 2017, Gálvez-Espinoza *et al.* (2017) propuseram um modelo teórico para sistematizar os fatores que condicionam os ambientes alimentares e suas expressões no comportamento alimentar das pessoas, considerando as relações complexas e multidirecionais entre os fatores. De acordo com as autoras, o ambiente alimentar pode ser classificado em ambiente de abastecimento, ambiente de restaurantes, ambiente de via pública, ambiente doméstico, ambiente institucional e organizacional, sendo este, considerado o local onde os alimentos são fornecidos ou vendidos a trabalhadores, estudantes e outros membros de

instituições e organizações como universidades, empresas, hospitais, escolas e outros (Gálvez-Espinoza *et al.*, 2017).

Para ambientes alimentares organizacionais, Castro e Canella (2022) desenvolveram um modelo conceitual inovador de ambiente alimentar organizacional composto por quatro componentes (nível institucional, nível interno dos espaços de alimentação, o entorno e o nível decisório), e por 10 dimensões relacionadas ao nível institucional e ao nível interno das espaços de alimentação, a saber: disponibilidade, acessibilidade física, acessibilidade financeira, qualidade, informações nutricionais dos alimentos, promoção de alimentos, bebidas e preparações culinárias, aceitabilidade, conveniência, ambiência e infraestrutura interna do espaço destinado às refeições (Castro; Canella, 2022). De acordo com as autoras, este modelo tem o propósito de superar a abordagem restrita à disponibilidade de alimentos nos espaços de alimentação organizacional.

Dentro desse contexto, considerando que o ambiente alimentar é determinante para as escolhas alimentares dos indivíduos e que as escolas são um dos cenários sociais mais favoráveis para o avanço da nutrição e combate à obesidade infanto-juvenil, em 2019, a *Food and Agriculture Organization* (FAO) definiu o Ambiente Alimentar Escolar (AAE) como todos os espaços e infraestrutura dentro e ao redor da escola, onde os alimentos estão disponíveis para serem comprados ou consumidos, como lojas de doces, quiosques, cantinas, máquinas de venda automática e vendedores ambulantes. Além disso, o estudo desse ambiente envolve a informação disponível sobre alimentação e nutrição, preços e aspectos relacionados à publicidade, propagandas, rótulos e promoções (FAO, 2019a).

Conforme proposto por O'Halloran *et al.* (2020), o ambiente alimentar escolar pode ser dividido em quatro dimensões: física (o que está disponível), econômica (quais são os fatores financeiros), sociocultural (atitudes e percepções sobre a alimentação), e política (regras e políticas de alimentação).

No ambiente físico estão incluídos a infraestrutura da cantinas, disponibilidade e frequência de venda dos alimentos; no ambiente econômico são considerados aspectos sobre preços dos alimentos saudáveis e não saudáveis, disposição dos produtos, bem como finalidades dos serviços de alimentação (com ou sem fins lucrativos); no ambiente sociocultural os fatores relevantes são as atitudes e percepções sobre os alimentos, responsáveis pela capacitação dos funcionários de cantinas e a prioridade dada aos alimentos saudáveis por parte da gestão; por fim, no ambiente político leva-se em consideração a presença ou não de política de alimentação no que concerne aos tipos de alimentos disponíveis, preço e promoção dos itens vendidos nas cantinas (O'Halloran *et al.*, 2020).

Entender esse ambiente é fundamental para compreender os fatores relacionados às escolhas alimentares e ao ganho de peso entre crianças e adolescentes, a fim de beneficiar a alimentação e a saúde desses indivíduos, bem como propor medidas e instrumentos que favoreçam a promoção de uma alimentação adequada e saudável nas escolas (FAO, 2019a; Reed, 2014).

3. 2 Comercialização de alimentos no ambiente escolar: realidade das cantinas no Brasil e sua relação com o estado nutricional de crianças e adolescentes

A alimentação e nutrição na infância e na adolescência são fundamentais para o crescimento e pleno desenvolvimento dos indivíduos, sendo assim os alimentos disponíveis nas escolas, públicas e privadas, influenciam sobremaneira o estado de saúde global das crianças e dos adolescentes (Louzada *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2022). Além disso, os desfechos negativos da má nutrição podem ser percebidos ainda na fase adulta, dado que doenças como diabetes, alguns tipos de câncer e doenças cardiometabólicas na meia-idade estão intimamente relacionados à obesidade na infância e na adolescência (Horeish *et al.*, 2021).

Nesse sentido, tendo em vista que o ambiente é capaz de moldar a acessibilidade, o desejo e a conveniência de alimentos específicos, saudáveis ou não, organizações internacionais têm reconhecido a associação entre a comercialização de alimentos não saudáveis em lanchonetes ou cantinas dentro e no entorno das escolas e o excesso de peso de crianças e adolescentes (FAO, 2019a; World Cancer Research Fund, 2018; WHO, 2014). Também, estudos realizados no Brasil têm indicado uma elevada predominância de cantinas, principalmente, em escolas da rede privada (Balestrin *et al.*, 2022; IBGE, 2021; Willhelm *et al.*, 2010).

Dessa forma, considerando que os estudantes passam cerca de 1/3 do dia, ou o equivalente entre 17% a 33% do tempo, no ambiente escolar, por pelo menos 12 anos, e que a infância é uma fase crucial para a formação de hábitos e preferências alimentares que tendem a se manter na fase adulta, a escola tem sido considerada um dos eixos estratégicos prioritários para a promoção da alimentação adequada e saudável (Carvalho *et al.*, 2015; Reed *et al.*, 2014; OPAS, 2014). Para isso, são necessárias ações e estratégias que protejam esses espaços, sobretudo no que diz respeito à comercialização, promoção e publicidade de alimentos e bebidas não saudáveis (Brasil, 2008; OPAS, 2014; WHO, 2016).

Nesse cenário, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) é uma pesquisa periódica com escolares adolescentes brasileiros, realizada desde o ano de 2009 pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde e com apoio do Ministério da Educação, para investigar os fatores de risco e proteção à saúde dos escolares (Brasil, 2021). Segundo dados da 4ª edição deste importante inquérito, realizado em 2019, 88% dos alunos da rede privada estudavam em escolas com cantinas onde são comercializados alimentos e, na rede pública, o mesmo índice foi de 31,4% (Brasil, 2021).

Esses resultados foram semelhantes à terceira edição da PeNSE, realizada em 2015, na qual 92% dos alunos da rede particular frequentavam escolas com cantinas ou ponto de venda alternativo, contra 54% das escolas públicas, com forte presença de alimentos considerados pouco nutritivos (IBGE, 2016; 2021). Ainda, em 2019, mais da metade dos estudantes da rede pública (54,8%) relatou a existência de ponto alternativo de venda de alimentos e/ou bebidas no entorno das escolas, com elevada presença de salgados fritos, salgadinhos industrializados e refrigerantes, indicando o comprometimento da promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes (Brasil, 2021).

Em contrapartida, como fator de proteção, cerca de 95% dos estudantes da rede pública referiram a adoção de algum tipo de regra, como legislação, política ou documento específico sobre os produtos alimentícios comercializados ou oferecidos dentro das escolas (Brasil, 2021). Tais resultados podem estar relacionados à existência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar na rede pública e que visa, dentre outros objetivos, contribuir com o crescimento, o desenvolvimento, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos (Brasil, 2009).

Outro importante inquérito nacional realizado no âmbito escolar que abrange dados relevantes acerca da comercialização de alimentos nas escolas é o Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (Erica) (Bloch; Cardoso; Sichieri, 2015). Trata-se de um estudo multicêntrico, coordenado pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é estimar a prevalência de fatores de risco cardiovascular e alterações metabólicas entre adolescentes de 12 a 17 anos de escolas públicas e privadas de municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes (Bloch; Cardoso; Sichieri, 2015).

Nesse sentido, os resultados de uma pesquisa realizada com dados provenientes do Erica realizado entre 2013 e 2014, evidenciaram que a comercialização de alimentos ultraprocessados, com alto teor de sódio, açúcares e gorduras, dentro e no entorno de escolas públicas e privadas brasileiras favorece o desenvolvimento da obesidade entre os adolescentes (Assis, 2021). Diante dos achados, as autoras reforçam que é necessário regulamentar a

comercialização tanto do entorno, quanto no ambiente interno da escola, a fim de garantir um ambiente alimentar mais saudável (Assis, 2021).

Ainda no âmbito do Erica, um estudo transversal realizado por pesquisadoras da Universidade Federal de Minas Gerais identificou que, ao comparar escolas públicas e privadas, a venda de alimentos e bebidas foi mais prevalente nas escolas da rede privada (97,75% vs. 45,06%) (Carmo *et al.*, 2018). Quanto ao tipo de alimentos, os achados da pesquisa revelaram a presença de ambientes alimentares obesogênicos, com alta predominância de alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas, sobretudo nas escolas privadas (Carmo *et al.*, 2018).

Outro estudo realizado em um município da região central do Rio Grande do Sul, avaliou o comércio dentro e no entorno das escolas municipais, estaduais e privadas, e identificou que das 104 escolas participantes da pesquisa, cerca de 29% possuíam cantinas, sendo mais presentes em escolas da rede privada. Entre as escolas que não possuíam cantinas, 40% apresentavam comércio informal no seu entorno. Os autores observaram uma maior oferta de alimentos não saudáveis como salgados fritos, cachorro-quente, pizzas, refrigerantes, doces e sucos industrializados, independente da rede de ensino (Giacomelli *et al.*, 2017).

Ainda, estudo transversal de diagnóstico e de avaliação da adequação das cantinas escolares às normas higiênicas sanitárias, realizado em cantinas de escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas de 36 municípios das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, identificou que das 337 escolas avaliadas por elegibilidade, apenas 9% (n=27) possuíam a presença de cantina escolar (Balestrin *et al.*, 2022). Apesar da existência de legislação específica no estado que regulamenta a venda de alimentos no ambiente escolar, a comercialização de frutas foi observada em apenas 25,9% (n=7) das escolas, 70,4% (n=19) vendiam frituras e 40,7% (n=11) comercializavam refrigerantes e sucos artificiais (Balestrin *et al.*, 2022).

No âmbito do estado de Sergipe, um estudo realizado em Aracaju avaliou as cantinas comerciais de escolas públicas estaduais e identificou que os produtos mais encontrados foram balas, pirulitos, salgados fritos e refrigerantes (Santos; Fagundes; Gabriel, 2017). Somado a isso, as frutas foram os alimentos menos encontrados. As autoras basearam as análises na Portaria Interministerial nº 1.010/2006 (BRASIL, 2006), que institui diretrizes nacionais para a promoção da alimentação saudável nas instituições de ensino, e concluíram que as escolas avaliadas não estavam adequadas às recomendações da normativa (Santos; Fagundes; Gabriel, 2017).

Ainda nesse contexto, os resultados do estudo realizado por Nool *et al.* (2019) indicaram que adolescentes brasileiros, com idade entre 11 e 19 anos, que frequentam escolas que possuem cantinas, apresentam maior probabilidade de consumir alimentos industrializados e ultraprocessados, salgados fritos, doces e bebidas açucaradas. Dessa maneira, embora sua presença nas escolas públicas seja facultativa, a cantina escolar, enquanto parte integrante das escolas, deve desempenhar um papel fundamental na promoção da alimentação saudável e melhoria da qualidade de vida dos escolares, mantendo-se alinhada ao projeto pedagógico da escola na qual está inserida (São Paulo, 2005).

Assim, tendo em vista que o ambiente alimentar escolar deve favorecer a promoção de alimentos saudáveis e estimular melhores escolhas (FAO, 2019a), tornam-se imperativos a formulação, a implementação e o fortalecimento de medidas regulatórias, bem como a elaboração de materiais técnicos que favoreçam a orientação de uma alimentação adequada e saudável de crianças e adolescentes em idade escolar, tanto em escolas públicas quanto privadas, levando em consideração que alimentação escolar refere-se a todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente da origem, durante o período letivo (Brasil, 2009).

3. 3 Diretrizes e regulamentação do comércio de alimentos no ambiente escolar para promoção da alimentação adequada e saudável

A regulamentação do comércio de alimentos e bebidas no entorno e nas dependências das escolas é considerada uma importante medida para prevenção de desfechos relacionados à má nutrição, como o sobrepeso e a obesidade, uma vez que favorece a oferta e o consumo de alimentos saudáveis (Assis, 2021). As medidas regulatórias podem impactar principalmente as escolas particulares, haja vista que esses ambientes tendem a ser mais obesogênicos, quando comparados às escolas públicas (Carmo *et al.*, 2018).

É importante salientar que historicamente esse processo de regulamentação tem avançado de maneira heterogênea, nas diversas regiões do Brasil, tendo a região Sul como uma das pioneiras, embora a primeira lei tenha sido criada em 1999, em Maceió (Florianópolis, 2001; Kurihayashi *et al.*, 2022). Além disso, a implementação de medidas regulatórias para o ambiente alimentar escolar não ocorre da mesma forma nos estados e nos municípios o país e nenhuma medida abrange escolas públicas e privadas no mesmo dispositivo (Rocha *et al.*, 2023)

Nesse sentido, um estudo de análise documental realizado no Brasil, em 2019, a partir de documentos encontrados nos sites das Assembleias legislativas dos estados, capitais e

Distrito Federal, identificou 62 dispositivos legais que regulamentam a comercialização de alimentos em escolas brasileiras (Kurihayashi *et al.*, 2022). Do total encontrado, 60% (n=37) encontram-se vigentes, 11% (n=7) foram revogados e 29% (n=18) são projetos de lei. De acordo com o estudo, cerca de 67% dos estados apresentam regulamentação vigente e a maioria dos dispositivos legais proíbe a venda de alimentos ultraprocessados e incentiva a comercialização de frutas e alimentos in natura, tanto na rede de ensino pública quanto privada. Em relação à abrangência, 73% das legislações referiam-se a instituições educacionais públicas e privadas (n=27) (Kurihayashi *et al.*, 2022).

Mais recentemente, em 2023, outro estudo documental realizou uma busca sistemática das medidas regulatórias vigentes e implementadas no Brasil até o ano de 2021, considerando ações de educação alimentar e nutricional, restrição à venda e distribuição de alimentos, proibição ou restrição de propagandas de alimentos e pontos de venda. Neste estudo, foram avaliadas sessenta e cinco dispositivos legais municipais estaduais, dos quais apenas 13,95% promoviam alimentação saudável, de acordo com *score* desenvolvido para avaliá-los (Rocha *et al.*, 2023). Dentre os dispositivos encontrados, 51 (78,5%) eram leis, 5 (7,7%) portarias, 3 (4,6%) resoluções 5 (7,7%) decretos e 1 (1,5%) instrução normativa, sendo a maioria da região sudeste (Rocha *et al.*, 2023).

O Quadro 1 apresenta uma série histórica de algumas medidas regulatórias voltadas à comercialização de alimentos nas escolas, entre os anos 2001 e 2021. Para compor o Quadro 1 foram consideradas uma seleção aleatória por ano, e por região, para representar o período de 20 anos e possibilitar a identificação e a análise das mudanças/semelhanças das principais recomendações após a implementação do Guia alimentar para a população brasileira.

Quadro 1 - Série histórica das principais medidas regulatórias voltadas à comercialização de alimentos e bebidas no ambiente escolar de escolas públicas e privadas, em território nacional nos últimos 20 anos. Brasil, 2024.

Medida regulatória	Alimentos proibidos	Local	Esfera
Lei Municipal nº 5.853, de 4 de junho de 2001. Dispõe sobre os critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais públicas e privadas que atendem a educação básica.	Bebidas alcoólicas; balas, pirulitos e gomas de mascar; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; salgados fritos; pipocas industrializadas.	Florianópolis	Municipal
Lei Estadual nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001. Dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado de Santa Catarina.	Bebidas com quaisquer teores alcoólicos; balas, pirulitos e gomas de mascar; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; salgados fritos; pipocas industrializadas.	Santa Catarina	Estadual
Decreto Municipal nº 21.217, de 1º de abril de 2002. Proíbe no âmbito das unidades escolares da rede municipal de ensino adquirir, confeccionar, distribuir e consumir os produtos que menciona.	Balas, doces a base de goma, gomas de mascar, pirulito, caramelos, pó para preparo de refresco, bebidas alcoólicas, alimentos ricos em colesterol, sódio e corantes artificiais.	Rio de Janeiro	Municipal
Lei Municipal nº 8.650, de 25 de setembro de 2003. Dispõe sobre a proibição, em escola da rede pública municipal de ensino, de adquirir, confeccionar, distribuir e comercializar os produtos que menciona e dá outras providências.	Bala, caramelo, pirulito, doce à base de goma e gomas de mascar; bebida alcoólica; alimento sem rotulagem, sem informação sobre a composição nutricional e/ou prazo de validade.	Belo Horizonte	Municipal
Lei Estadual nº 14.423, de 2 de junho de 2004. Dispõe que os serviços de lanches nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a educação básica, localizadas no Estado, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida,	Bebidas com quaisquer teores alcoólicos; balas, pirulitos e gomas de mascar; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; salgados fritos e pipocas industrializadas.	Paraná	Estadual

indispensáveis à saúde dos alunos.			
Lei Estadual nº 4.508, de 11 de janeiro de 2005. Proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.	Salgadinhos, balas, chocolates, doces a base de goma, gomas de mascar, pirulito, caramelo, refresco em pó industrializado, refrigerantes, qualquer alimento manipulado na escola ou em ambiente não credenciado para confecção de preparação alimentícia, bebidas alcoólicas, alimentos com mais de 3 (três) gramas de gordura em 100 kcal do produto, com mais de 160 mg de sódio em 100 kcal do produto e alimentos que contenham corantes, conservantes ou antioxidantes artificiais.	Rio de Janeiro	Estadual
Portaria Conjunta COGSP/CEI/DSE, de 23 de março de 2005. Normas para funcionamento de cantinas escolares da região metropolitana da Grande São Paulo.	Comercialização de produtos prejudiciais à saúde e que não ofereçam condições nutricionais e higiênico-sanitários, bem como aqueles que possam ocasionar obesidade e outros problemas de saúde causados por hábitos incorretos de alimentação, em especial: bebida alcoólica, tabaco, medicamento ou produto químico-farmacêutico.	Região Metropolitana da Grande São Paulo	Estadual
Lei Municipal nº 245, de 16 de agosto de 2006. Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional a serem seguidos pelas lanchonetes e similares instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública, e dá outras providências.	Salgadinhos, balas, chocolates, doces à base de goma, gomas de mascar, pirulito, caramelo, refresco em pó industrializado, refrigerantes, alimento manipulado na escola ou em ambiente não credenciado para confecção de preparação alimentícia, bebidas alcoólicas, alimentos com mais de 3g de gordura em 100 kcal, com mais de 160 mg de sódio em 100 kcal do produto.	Natal	Municipal
Lei Municipal nº 10.167, de 24 de janeiro de 2007. Estabelece, no Município de Porto Alegre, normas para o controle da comercialização de produtos alimentícios e de bebidas nos bares e nas cantinas das	Bebidas alcoólicas; alimentos e bebidas que contenham nutrientes comprovadamente prejudiciais à saúde; e alimentos e produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização	Porto Alegre	Municipal

escolas públicas e privadas e dá outras providências.	indevida.		
Lei Estadual nº 13.027, de 16 de agosto de 2008. Dispõe sobre a comercialização de lanches e de bebidas em escolas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	Bebidas com qualquer teor alcoólico; alimentos e bebidas que contenham, em sua composição química, nutrientes que sejam, comprovadamente, prejudiciais à saúde; alimentos e produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.	Rio Grande do Sul	Estadual
Lei Municipal nº 3.814 de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a alimentação oferecida nas cantinas e lanchonetes localizadas nas instituições de ensino públicas e privadas dentro da circunscrição do município de Aracaju e dá outras providências.	Salgados de massas ou massas folhadas; frituras em geral; biscoitos recheados; salgados ou pipocas industrializadas; refrigerantes e sucos artificiais; doces de fabricação industrializada ou caseira; balas, pirulitos, gomas de mascar e similares; qualquer alimento de grande potencial calórico e/ou rico em gordura trans, bem como aqueles de baixo teor nutritivo.	Aracaju	Municipal
Lei Municipal nº 4.992 de 30 de setembro de 2011. Define normas para a comercialização de alimentos nas cantinas comerciais da Rede Pública e Instituições Privadas de Educação Básica de Campo Grande/MS e dá outras providências.	Balas, pirulitos, gomas de mascar, biscoitos recheados; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; frituras em geral; pipoca industrializada; bebidas alcoólicas; alimentos industrializados cujo percentual de calorias provenientes de gordura saturada ultrapasse 10% das calorias totais; alimentos em cuja preparação seja utilizada gordura vegetal hidrogenada.	Campo Grande	Municipal
Resolução nº 001/12/SECD/CEAE/RR, 30 de julho de 2012. Dispõe sobre os serviços de lanches nas unidades educacionais públicas que atendam a educação básica localizadas no estado, que deverão obedecer a padrões de qualidade alimentar e nutricional, indispensáveis à saúde.	Bebidas com qualquer quantidade de teor alcoólico; balas, pirulitos, gomas de mascar e chocolates; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; salgados fritos; pipocas industrializada	Roraima	Estadual

Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013. Estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal.	Balas, pirulitos, gomas de mascar, biscoitos recheados; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; frituras em geral; pipoca industrializada; bebidas alcoólicas; alimentos industrializados, cujo percentual de calorias provenientes de gordura saturada ultrapasse 10% das calorias totais.	Distrito Federal	Municipal
Portaria nº 1.606/2015, 10 de junho de 2015. Proíbe, nas dependências das Unidades Escolares Estaduais, comércio de qualquer tipo de produto, especialmente os alimentícios, seja por servidores ou por terceiros	Qualquer tipo de produto, especialmente os alimentícios.	Goiás	Estadual
Lei Estadual nº 4.352 de 05/07/2016. Dispõe sobre a proibição de comercialização, aquisição e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Amazonas, na forma que menciona.	Balas, pirulitos, goma de mascar, salgadinhos, biscoitos recheados, chocolates, caramelos, refrigerante, pipocas e sucos industrializados; bebidas alcoólicas; alimentos com mais de 3g de gordura em 100 kcal do produto; alimentos com mais de 160mg de sódio em 100 kcal do produto; alimentos que contenham corantes, conservantes ou antioxidante artificiais (observada a rotulagem nutricional disponível nas embalagens); alimentos que não contenham: rotulagem, composição nutricional e prazo de validade.	Amazonas	Estadual
Lei Estadual nº 15.216, de 30 de julho de 2018. Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes, hipertensão, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul.	Balas, pirulitos, gomas de mascar, biscoitos recheados; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; frituras em geral; pipoca industrializada; bebidas alcoólicas; alimentos industrializados cujo percentual de calorias provenientes de gordura saturada ultrapasse 10% das calorias totais; alimentos em cuja preparação seja utilizada gordura vegetal hidrogenada;	Rio Grande do Sul	Estadual

	alimentos industrializados com alto teor de sódio.		
Lei Estadual nº 11.196, de 19 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a promoção de alimentação saudável e determina a exclusão de alimentos ultraprocessados e açucarados nas escolas públicas e particulares no âmbito do Estado do Maranhão.	Fica proibida a comercialização e o consumo, no ambiente escolar, dos alimentos ultraprocessados e açucarados.	Maranhão	Estadual
Lei nº 6.475, de 03 de janeiro de 2020. Proíbe a oferta de embutidos na composição da merenda escolar servida aos alunos dos estabelecimentos públicos de ensino do Distrito Federal.	Proíbe a oferta de embutidos na composição da merenda escolar servida aos alunos dos estabelecimentos públicos de ensino do Distrito Federal.	Distrito Federal	Distrital
Decreto nº 54.994, de 17 de janeiro de 2020. Regulamenta a Lei nº 15.216 de 30 de julho de 2018, que dispõe sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes e hipertensão em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul.	Proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes e hipertensão em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas	Rio Grande do Sul	Estadual

Fonte: Adaptado de Gabriel *et al.*, 2012; Kurihayashi *et al.*, 2022; Rocha *et al.*, 2023.

Como observado no Quadro 1, apesar do avanço, considerando a dimensão do país, essas medidas ainda estão, predominantemente, restritas às regiões sul, sudeste e Centro-Oeste, uma vez que todos os estados dessas regiões possuem regulamentação (Kurihayashi *et al.*, 2022).

Tanto no estudo de Kurihayashi *et al.* (2022) quanto no estudo de Rocha *et al.* (2023) foram evidenciadas lacunas nas medidas que visam a regulamentação do comércio e disponibilização de alimentos e bebidas ultraprocessados no ambiente escolar. Apesar disso, é notório o esforço de alguns municípios e estados brasileiros para a efetivação da promoção da alimentação adequada e saudável a partir da regulamentação do ambiente alimentar escolar (Rocha *et al.*, 2023).

Historicamente, a primeira iniciativa de regulamentação de cantinas escolares ocorreu há mais de 20 anos, em 2001, em Florianópolis, Santa Catarina (SC), com a publicação da Lei nº 5.583 em junho (Florianópolis, 2001), que dispõe sobre a regulamentação da venda de lanches e bebidas em unidades educacionais no município, sendo, mais tarde, estendida para todo o estado de Santa Catarina, a partir da Lei nº 12.061 de dezembro de 2001 (Santa Catarina, 2001). Ainda no âmbito do estado de SC, mais recentemente, em 2022, foi publicada a Instrução Normativa nº 2397, de 20 de setembro de 2022, com atualizações acerca da legislação vigente para unidades escolares da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino (Santa Catarina, 2022).

Em 2006, foi publicada a Portaria Interministerial nº 1.010 do Ministério da Saúde e da Educação, que instituiu as diretrizes para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas Escolas (Brasil, 2006). De acordo com o documento, as escolas devem restringir o comércio e a publicidade de alimentos não saudáveis e incentivar o consumo de alimentos saudáveis como frutas, legumes e verduras. A estratégia foi adotada por outros estados e municípios brasileiros, conforme sintetizado em documento publicado pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2007).

Em 2010, tendo em vista a necessidade de diretrizes nacionais para orientar os proprietários de cantinas a adequarem a comercialização dos alimentos às legislações e guias alimentares vigentes, o Ministério da Saúde, por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), lançou o “Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável”, em que abordava temas relacionados à saúde, alimentação saudável, rotulagem, higienização, importância da cantina para a saúde dos alunos e apresentava exemplos e receitas de lanches saudáveis (Brasil, 2010; Gabriel *et al.*, 2012).

Com o objetivo de guiar proprietário(a)s de cantinas para a transformação dos seus estabelecimentos em locais de promoção da alimentação adequada e saudável por meio da comercialização de lanches saudáveis, a elaboração do Manual supracitado foi pautada em três pilares considerados basilares para a construção de hábitos alimentares saudáveis duradouros: a escola, a família e os serviços de saúde (Brasil, 2010). A escola como sendo a instituição responsável pela formação e desenvolvimento das pessoas em sua totalidade, devendo favorecer escolhas saudáveis, a família representando o primeiro ambiente social das crianças, sendo, portanto, a principal formadora dos hábitos alimentares dos indivíduos, e os serviços de saúde pelo relevante papel no processo de educar os sujeitos para a autonomia em relação à sua própria saúde (Brasil, 2010).

No âmbito das escolas públicas, em 2012, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Coordenação Técnica de Alimentação e Nutrição do Ministério da Educação (COTAN/MEC) publicou uma nota técnica defendendo a não existência de cantinas nas escolas públicas e que, caso houvesse, as iniciativas legislativas para a regulamentação desses estabelecimentos entrassem em vigor (Brasil, 2012).

Em 2021, o Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN/MS), instituiu a Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja), que contempla um conjunto de ações essenciais e complementares para a reversão do cenário da obesidade infantil e mobilização dos diversos setores para a construção de ambientes que favoreçam escolhas e comportamentos saudáveis (Brasil, 2022). Também, no mesmo ano, foi lançado o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não-Transmissíveis no Brasil, 2021-2030 (Plano de Dant), como diretriz para prevenção dos fatores de risco das doenças e agravos não transmissíveis (Dant) e para a promoção da saúde, cabendo em seu escopo a criação e o fortalecimento de políticas e programas intersetoriais, em consonância com recomendações mundiais e nacionais para a promoção da saúde e prevenção de agravos (Brasil, 2021).

Ainda no âmbito da regulamentação do comércio de alimentos com vistas à construção de ambientes alimentares saudáveis, diversas organizações não-governamentais, como universidades, instituições de pesquisa em saúde pública, associações e coletivos da sociedade civil têm contribuído com o fomento de ações do poder público voltadas para esse fim (Silva *et al.*, 2018). Nesse sentido, em 2022, o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), em parceria com outras organizações de *advocacy*, como Aliança pela Alimentação Adequada, ACT Promoção da Saúde, Instituto Desiderata e Fian, lançou um modelo de Projeto de Lei (PL modelo) para a promoção da alimentação saudável nas escolas públicas e privadas, com

base nas recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) (IDEC, 2022; Brasil, 2014).

Além desse importante documento, considerando a ampla abrangência das escolas na formação de escolhas saudáveis, a mesma entidade lançou alguns guias voltados para gestores municipais, com diretrizes para a regulamentação de cantinas escolares, orientações para capacitação de cantineiros e/ou proprietários de cantinas, medidas de regulação da publicidade de alimentos nas escolas e ferramentas para a transformação das instituições de ensino em espaços de apoio, incentivo e promoção da saúde por meio de práticas alimentares saudáveis (IDEC, 2020a; 2020b).

Ainda nesse sentido, em 2023, foi publicado o Decreto nº 11.821 de 12 de dezembro de 2023, um importante marco legal que dispõe sobre os princípios, objetivos, eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar em todo território nacional, em consonância com os guias alimentares (Brasil, 2023). O dispositivo orienta que as instituições de ensino priorizem a oferta de alimentos saudáveis e protejam as crianças e os adolescentes da exposição a alimentos e bebidas ultraprocessados e restrinjam a comunicação mercadológica desses alimentos no ambiente escolar (Brasil, 2023).

Diante do exposto, considerando o cenário epidemiológico do sobrepeso e da obesidade, o aumento do consumo de alimentos e bebidas ultraprocessados, a elevada predominância de ambientes alimentares escolares obesogênicos, bem como as recentes publicações e a existência de recomendações atuais acerca da alimentação adequada e saudável, a atualização do "Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável", com a devida validação, se tornaram imprescindíveis (Brasil, 2010; Carmo *et al.*, 2018).

3. 4 Validação de conteúdo de materiais técnicos

A validade é um aspecto crucial na Psicometria, com estimado valor científico, sendo considerado um dos principais indicadores de qualidade de um instrumento (Kimberlin; Winterstein, 2008). Pode ser classificada em três tipos: de constructo, de critério ou de conteúdo (Pasquali, 2009).

O processo de validação é imprescindível para garantir a qualidade das informações, aumentar a credibilidade do instrumento, construir uma ferramenta robusta, promover instruções adequadas ao público a que se destina o material e indicar em que grau um instrumento consegue medir aquele que se propõe a medir (Polit; Beck, 2011; Santos *et al.*, 2019; Vieira *et al.*, 2020). Nesse sentido, pesquisadores e pesquisadoras que desenvolvem

instrumentos e materiais educativos têm considerado cada vez mais a importância dessa prática (Alexandre; Coluci, 2011; Aurora *et al.*, 2017; Leite *et al.*, 2018; Santos *et al.*, 2019).

A validação de conteúdo consiste na análise realizada por juízes especialistas na área para verificar se o conteúdo está correto e adequado ao seu objetivo (Crestani; Moraes; Souza, 2017). Já a validação de aparência advém do julgamento da representação estética do material analisado no que diz respeito à linguagem, clareza dos itens, facilidade da linguagem empregada no texto, compreensão e apresentação do material no que diz respeito a linhas, formas, cores, imagens, harmonia entre as figuras e o conteúdo e como estas facilitam a compreensão das informações (Souza; Moreira; Borges, 2020).

Do ponto de vista metodológico é imprescindível que o processo de validação seja rigoroso e bem executado (Vieira *et al.*, 2020). Apesar disso, não existe consenso na literatura acerca do método mais adequado no que diz respeito à coleta de dados, aos critérios de seleção, ao tamanho da amostra de juízes especialistas e quanto à técnica de análise de dados, cabendo aos pesquisadores a decisão sobre a melhor opção de acordo com seus objetivos (Melo *et al.*, 2011; Vieira *et al.*, 2020).

Em relação à coleta de dados, tanto na validação de conteúdo quanto de aparência, em geral utiliza-se o processo de validação simplificado, que consiste em apenas uma rodada de avaliação, seguido da técnica Delphi, na qual é realizada, no mínimo, uma rodada de avaliação pelos especialistas (Scarpato *et al.*, 2012; Vieira *et al.*, 2020). Ambas as técnicas têm o objetivo de obter o consenso dos juízes. Para a análise dos dados, a Taxa de Concordância e o Índice de Validade de Conteúdo (IVC) são os mais utilizados, seguidos do coeficiente Kappa, isolado ou associado ao IVC, para analisar a consistência interna das respostas (Vieira *et al.*, 2020).

No estudo de Leite *et al.* (2018), os autores realizaram a validação de conteúdo de um Instrumento de Validação de Conteúdo Educativo em Saúde (IVCES), composto por dezoito itens, distribuídos entre três domínios (objetivos, estrutura/apresentação e relevância), a partir da avaliação de um painel de juízes especialistas. O instrumento apresentou boa consistência interna, com Coeficiente de Correlação Intraclass maior que 0,8 e taxa de concordância entre os especialistas maior que 80%. De acordo com os autores, a participação dos especialistas foi fundamental para evitar resultados imprecisos e medidas que levassem a conclusões erradas (Leite *et al.*, 2018).

No trabalho de Lima *et al.* (2017), as autoras descreveram o processo de construção e validação de uma cartilha para a prevenção da transmissão vertical do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), na qual o vírus é transmitido de mãe para filho, considerada

a principal via de infecção pelo HIV na população infantil. Na cartilha, continham instruções de como prevenir a transmissão de HIV da mãe para o filho, as definições da doença e como deveria ser o tratamento (Lima *et al.*, 2017). Para a execução do estudo foram realizadas três etapas: levantamento bibliográfico acerca da temática; elaboração da cartilha; e validação de aparência e de conteúdo junto a especialistas e validação de aparência junto a representantes do público de interesse, semelhante ao descrito em outro estudo de mesma natureza (Santos *et al.*, 2019). Para análise de dados foram utilizados o IVC e a Taxa de Concordância, com pontos de corte igual a 0,78 e 75%, respectivamente. O IVC global entre os especialistas foi de 0,87 e a taxa de concordância entre os representantes do público de interesse variou entre 98% e 100%. O material foi validado, tornando-se uma ferramenta confiável e capaz de favorecer a prevenção da transmissão vertical de HIV (Lima *et al.*, 2017).

Já no estudo de Cruz *et al.* (2016), as autoras realizaram a validação de um manual educativo direcionado a pacientes com câncer de cabeça e pescoço submetidos à radioterapia. O processo foi realizado por 15 especialistas na área temática do material e por dois profissionais de letras e publicidade, a fim de garantir a heterogeneidade na avaliação. Para validar o manual foi considerado o índice de concordância maior ou igual a 80%, semelhante ao estudo realizado por Fontenele *et al.* (2021). Os itens foram avaliados quanto aos objetivos, estrutura/apresentação e relevância, apresentando taxa de concordância maior que 89% nos três domínios, revelando-se uma ferramenta relevante para o público a que se destina (Cruz *et al.*, 2016).

Diante do exposto, fica evidente a importância e a necessidade de que os instrumentos e materiais técnicos e educativos sejam validados tanto em relação ao conteúdo quanto em relação à aparência, a fim de que sejam fidedignos, confiáveis e coerentes com seus objetivos.

4 METODOLOGIA

4.1 Inserção da pesquisa e aspectos éticos

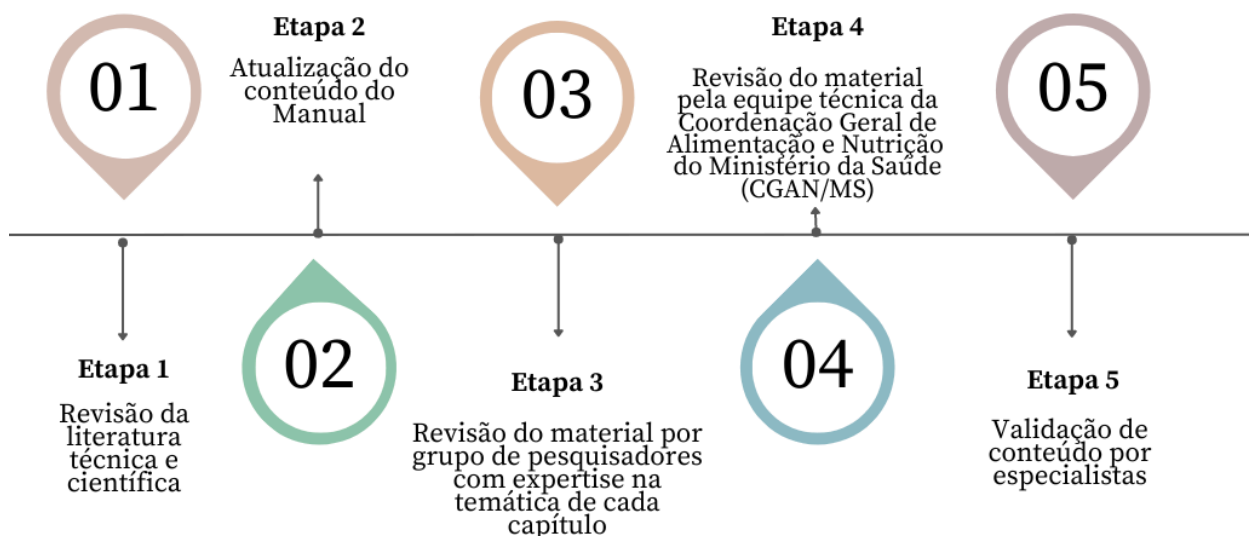
O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Sergipe (CEP-UFS) e aprovado conforme parecer nº 5.531.874, de 18 de julho de 2022. Para realização do estudo, todos os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), a fim de atestar a sua participação voluntária. Em todas as fases da pesquisa, as informações coletadas e analisadas foram mantidas em sigilo e a identidade dos avaliadores preservada.

Este estudo faz parte a linha de pesquisa “Saúde e Nutrição de Grupos Populacionais” do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição (PPGCNUT), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e pertence ao projeto “Promoção da alimentação saudável em ambientes alimentares escolares”, fruto de Carta Acordo entre Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (CGAN/MS), Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e três universidades públicas brasileiras: Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O Marco lógico da pesquisa está descrito no Apêndice B.

4.2 Tipo e desenho do estudo

Trata-se de um estudo metodológico, desenvolvido em cinco etapas (Figura 1).

Figura 1 - Etapas para a execução da pesquisa "Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: revisão e validação de conteúdo". Brasil, 2024.



Fonte: Autoria própria

4. 2. 1 Etapa 1: Revisão da literatura técnica e científica

Na etapa 1, foi realizada uma revisão da literatura do tipo narrativa (ROTHER, 2007). O levantamento bibliográfico foi realizado nas principais bases de dados científicas, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *National Library of Medicine* (NIH - PubMed), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na literatura cinza, Google Acadêmico, Portal de Periódicos Capes e repositórios institucionais nacionais do Ministério da Saúde, Ministério da Educação, para a extração de informações atualizadas acerca do tema e pertinentes ao conteúdo e à finalidade do Manual, considerando as publicações dos últimos doze anos. Também, foram consultados materiais técnicos elaborados pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), descritos no Quadro 2.

Para a busca das publicações foram utilizados os seguintes termos: ambiente alimentar, ambiente alimentar escolar, cantinas escolares, cantinas escolares saudáveis, comercialização de alimentos, escolas, alimentação adequada e saudável, alimentação escolar, publicidade de alimentos, alimento seguro.

Quadro 2- Publicações consultadas para a atualização do conteúdo do “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável”. Brasil, 2024.

Título da publicação	Fonte	Ano
Ambiente alimentar das escolas: guia para gestores	IDEC	2020
Atlas da Obesidade Infantil no Brasil	Ministério da Saúde	2021
Caderno de Atividades - Promoção da Alimentação Adequada e Saudável - Educação Infantil	Ministério da Saúde	2018
Caderno de Atividades - Promoção da Alimentação Adequada e Saudável - Ensino Fundamental I	Ministério da Saúde	2018
Cadernos Idec - Série Alimentos - Publicidade de Alimentos não saudáveis	IDEC	2020
Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação: RDC nº216/2004.	Anvisa/ Ministério da Saúde	2007
Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes	FNDE	2018
Estratégia nacional para prevenção e atenção à obesidade infantil (Proteja): orientações técnicas	Ministério da Saúde	2021

Ferramentas para as Boas práticas na alimentação escolar	FNDE	2013
Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de 02 anos	Ministério da Saúde	2019
Guia Alimentar para população brasileira	Ministério da Saúde	2014
Guia para a elaboração de refeições saudáveis em eventos	Ministério da Saúde	2016
Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável	Ministério da Saúde	2010
Melhores receitas da alimentação escolar	FNDE	2018
Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2023 (Plano Dant)	Ministério da Saúde	2021
Promovendo um ambiente alimentar escolar saudável: apoio a gestão local	IDEC/UNICEF	2023

4. 2. 2 Etapa 2: Atualização do conteúdo do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis

Na etapa 2, o conteúdo da primeira versão do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis foi revisado e atualizado pelo grupo de pesquisadoras das três universidades integrantes da pesquisa, com foco na elaboração de textos claros, práticos e de fácil compreensão. Nessa fase, foram abordados temas relacionados ao ambiente alimentar escolar, à importância da promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas, às condições higiênico sanitárias dos alimentos, aos aspectos econômicos e financeiros que garantem a sustentabilidade e a viabilidade de uma cantina saudável, e às etapas de implementação de cantinas escolares saudáveis.

Quadro 3 - Comparativo entre o conteúdo das duas edições do manual de cantinas saudáveis. Brasil, 2024.

Edições do manual	Sumário
Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável Ano: 2010	● Introdução; ● Iniciando a Cantina Escolar Saudável; ● O que é alimentação saudável; ● Cantina e alimentos industrializados; ● Higiene dos alimentos; ● Lanches Saudáveis; ● Cronograma das atividades e mantendo a cantina

	escolar saudável.
Manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares” Ano: 2024	• Introdução; • O que é o Ambiente Alimentar Escolar; • Qual a realidade das cantinas escolares; • O que é uma alimentação adequada e saudável; • O que é uma cantina saudável e por onde começar; • O que é um lanche saudável; • Como oferecer um alimento seguro; • Como viabilizar economicamente uma cantina saudável; • Como implementar uma cantina saudável e segura.

Dessa forma, a primeira versão preliminar da segunda edição do Manual, cujo título passou a ser “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares”, ficou dividida em nove capítulos, distribuídos em 133 páginas: (1) Introdução, (2) O que é o Ambiente Alimentar Escolar, (3) Qual a realidade das cantinas escolares, (4) O que é uma alimentação adequada e saudável, (5) O que é uma cantina saudável e por onde começar, (6) O que é um lanche saudável, (7) Como oferecer um alimento seguro, (8) Como viabilizar economicamente uma cantina saudável, (9) Como implementar uma cantina saudável e segura.

É importante salientar que na primeira edição do Manual os alimentos eram classificados na perspectiva de grupos alimentares por macronutrientes, tendo em vista as diretrizes de alimentação e nutrição nacionais então vigentes (Brasil, 2010). Desse modo, para a segunda edição do manual, considerou-se as diretrizes dos guias alimentares para a população brasileira, bem como a abrangência dos ambientes alimentares como ação estratégica para promoção da alimentação adequada e saudável (Brasil, 2014; 2022).

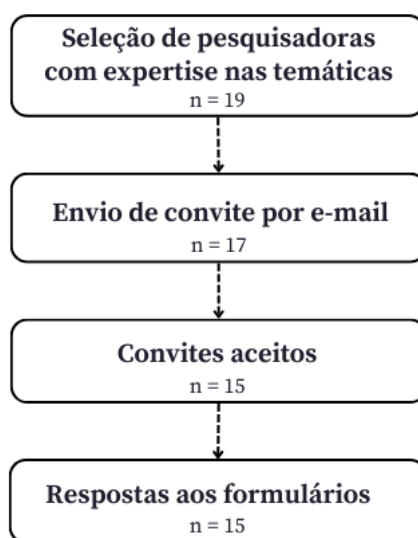
4. 2. 3 Etapa 3: Revisão do material por pesquisadoras com expertise na temática de cada capítulo

Na etapa 3, foram convidadas 17 pesquisadoras de universidades públicas brasileiras e dois integrantes de uma organização não-governamental, especialistas na temática de cada capítulo para revisar, voluntariamente, o conteúdo e a estrutura da versão preliminar do material, totalizando 19 convidadas. Destas, 15 aceitaram o convite de participação, sendo

duas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), conforme Figura 2. A pré-seleção das pesquisadoras foi realizada de forma intencional, com base no conhecimento prévio acerca da *expertise* das mesmas por parte da equipe responsável pela pesquisa. Após a definição das especialistas, o convite para participação, bem como as orientações sobre essa etapa foram enviados por e-mail. Em seguida, mediante aceite do convite, o material para análise foi encaminhado.

Participaram dessa etapa, quatorze pesquisadoras da área de Nutrição, das regiões Sul e Sudeste, cujas pesquisas e atuação profissional estavam dentro da área de abrangência do Manual, e um pesquisador da área de Administração, da região Sul. A etapa de revisão ocorreu entre os meses de junho e setembro de 2022.

Figura 2- Seleção de pesquisadoras para a terceira etapa da pesquisa e primeira revisão de conteúdo por capítulo do manual “Cantina Escolar Saudável: promovendo alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares”. Brasil, 2024.



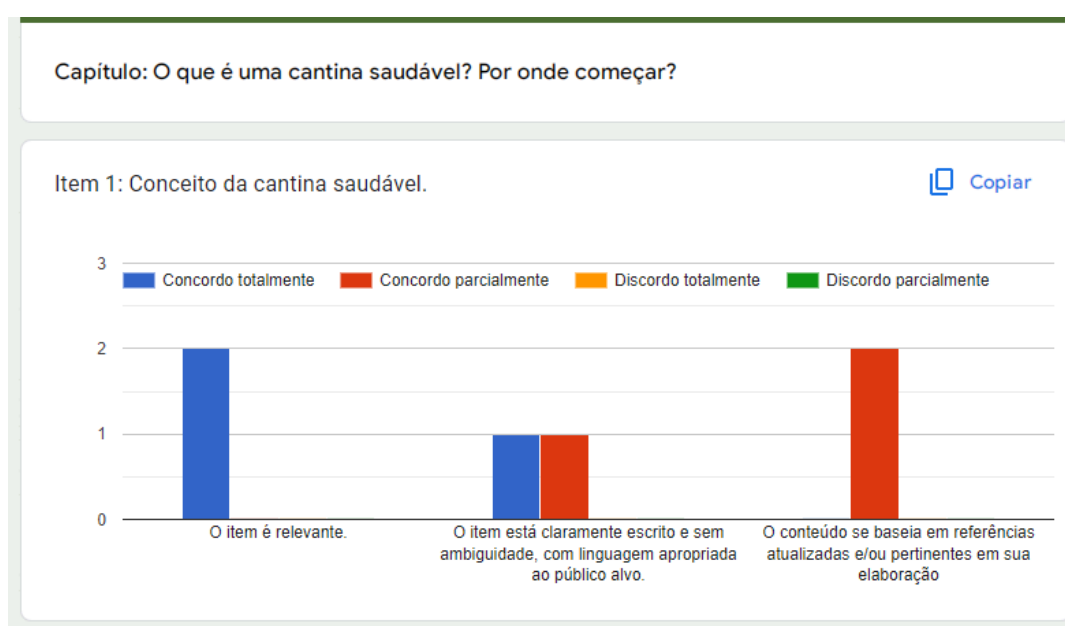
Fonte: Autoria própria

Para a revisão de cada capítulo, as pesquisadoras foram distribuídas em duplas ou trios, de acordo com a *expertise* no tema, devendo a análise ser realizada individualmente. A revisão do material consistiu na leitura do capítulo e preenchimento de um formulário eletrônico composto por sentenças afirmativas sobre a relevância do conteúdo, adequação da linguagem utilizada para o público de interesse, relevância dos tópicos abordados ao longo de cada capítulo e atualidade das referências utilizadas (Figura 3). Aspectos relacionados à formatação e/ou diagramação não foram objetos de análise nessa etapa, uma vez que seriam

contemplados na etapa posterior à redação do documento. Apesar disso, as participantes foram encorajadas a contribuir com sugestões nesse sentido.

Cada item do formulário eletrônico disponibilizado foi avaliado por meio de uma escala de concordância do tipo *Likert*, de quatro pontos: (1) Discordo totalmente, (2) Discordo parcialmente, (3) Concordo parcialmente, (4) Concordo totalmente, com campos abertos para justificativas das respostas 1, 2 e 3, bem como para comentários e sugestões gerais das avaliadoras para aprimoramento do material. Além dos comentários no instrumento, as revisoras deram contribuições por meio de comentários no documento em formato *docx* enviado para avaliação. Após a análise, os dados do formulário foram sistematizados em planilha eletrônica e utilizados para a realização de ajustes considerados pertinentes pela equipe da pesquisa, para o fechamento do conteúdo da primeira versão do material revisado.

Figura 3 - Formulário eletrônico utilizado na etapa 3 para revisão do conteúdo por pesquisadoras com expertise na temática de cada capítulo. Brasil, 2024.



4. 2. 4 Etapa 4: Revisão do material pela equipe técnica da CGAN/MS

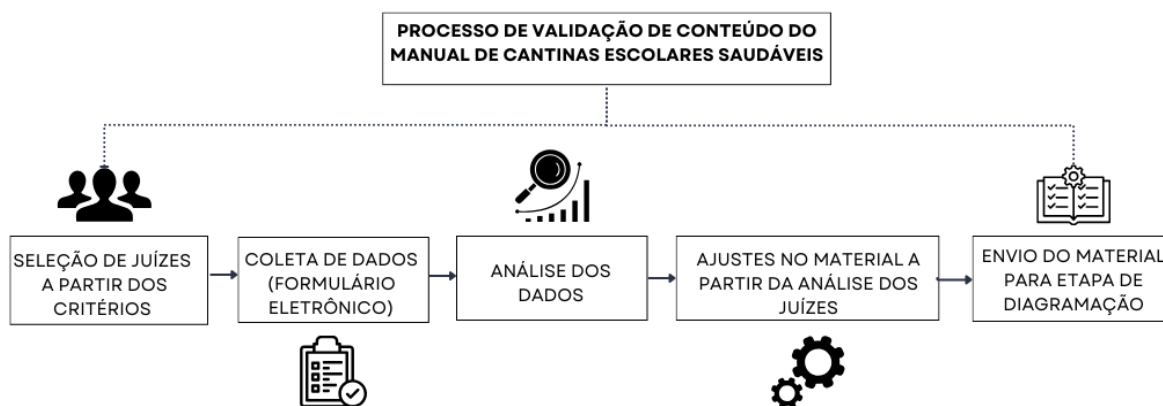
Após finalização da etapa anterior, os capítulos foram compilados em um único documento no formato *docx*, contendo 133 páginas, e encaminhados para revisão da equipe técnica da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (CGAN/MS). Ao todo foram realizadas três rodadas de revisão nesta etapa. A cada rodada, a equipe técnica da pesquisa realizou os ajustes pertinentes, de acordo com comentários e sugestões dadas pela equipe da CGAN/MS. Concomitantemente, o material foi encaminhado

para análise e revisão da equipe técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), considerando o envolvimento desses órgãos com as recomendações e o conteúdo produzido. Ao final de três rodadas de revisão, o documento finalizou com 75 páginas de conteúdo, distribuídos em nove capítulos, conforme descrito anteriormente no tópico Etapa 2.

4. 2. 5 Etapa 5: Validação de conteúdo por painel de especialistas

Na quinta etapa da pesquisa, a versão preliminar da segunda edição do manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares”, contendo 75 páginas, passou pelo processo de validação de conteúdo (Figura 4). A validade de conteúdo é uma importante etapa no processo de construção de novos materiais técnicos, pois certifica que o conteúdo veiculado é adequado ao público ao qual se destina, e correto no que tange a conceitos, objetivos, adequação ao processo de ensino-aprendizagem, clareza e facilidade da linguagem e relevância da temática (Pasquali, 1998; Crestani; Moraes; Souza, 2017).

Figura 4 - Fases do processo de validação de conteúdo da segunda edição do “Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável”. Brasil, 2024.



Fonte: Autoria própria

Neste trabalho, a validação de conteúdo consistiu na análise realizada por dois grupos, denominados Paineis de especialistas. O Painel 1, composto por especialistas da área de alimentação e nutrição (Quadro 4), com *expertise* em ambiente alimentar escolar e/ou promoção da alimentação adequada e saudável, para verificar se o conteúdo estava correto e adequado ao que se propõe (Pasquali, 1998; Crestani; Moraes; Souza, 2017), e o Painel 2, composto por profissionais da área de comunicação, além dos especialistas do Painel 1 (Quadro 4), para avaliação dos aspectos relacionados à linguagem do material, a fim de

garantir adequação ao público a que se destina, com rigor metodológico e a qualidade do Manual (Fontenele *et al.*, 2021; Lima *et al.*, 2017).

4. 2. 5. 1 Participantes da pesquisa

Para a validação de conteúdo do material revisado, foram convidados especialistas considerados peritos na temática do Manual, com reconhecido saber teórico-prático na área temática, bem como profissionais da área de Comunicação e Linguagem, a fim de garantir uma avaliação heterogênea e maior rigor metodológico no processo de validação (Hernandez-Nieto, 2002; Lima *et al.*, 2017).

Para a composição dos painéis de especialistas em alimentação e nutrição e profissionais de Comunicação e Linguagem foram utilizadas a técnica de amostragem intencional, associada à técnica de amostragem de rede, também chamada de “bola de neve” (Lwanga; Lemeshow, 1991; Vinuto, 2014), na qual um pesquisador indica outros pesquisadores. Os critérios de inclusão estabelecidos foram baseados no modelo de validação de Fehring, descrito em outros estudos dessa natureza (Leite *et al.*, 2018; Melo *et al.*, 2011; Cruz *et al.*, 2016), conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Critérios de inclusão para a composição dos painéis de especialistas para validação do Manual. Brasil, 2024.

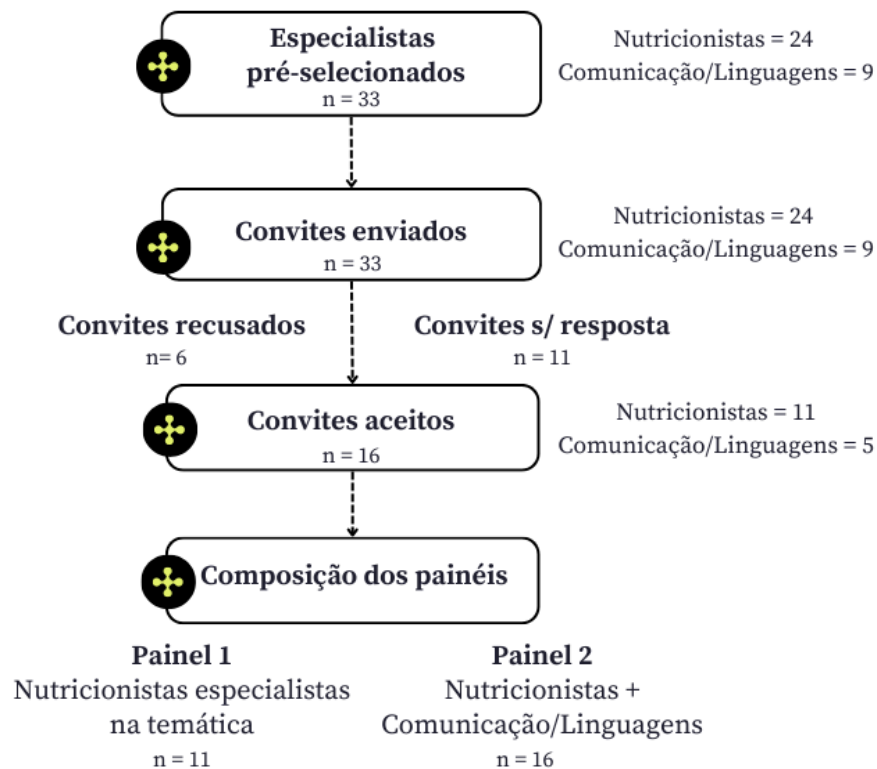
Painel de juízes	Critérios de inclusão
Painel 1 Especialistas na temática ¹	• Ser nutricionista; • Ter mestrado e/ou doutorado em ciências da nutrição ou da saúde; • Ter experiência profissional (ensino e/ou pesquisa e/ou assistência) mínima de cinco anos; • Ter pesquisas publicadas em periódicos indexados na área de alimentação escolar e/ou ambiente alimentar e/ou promoção da alimentação adequada e saudável.
Painel 2 Profissionais de comunicação/linguagens ² + Nutricionistas especialistas do Painel 1	• Nível superior em publicidade, marketing, letras, linguística ou pedagogia; • Ter especialização, mestrado e/ou doutorado.

¹ Critérios adaptados do modelo de validação de Fehring (Leite *et al.*, 2018; Melo *et al.*, 2011); ² Critérios adaptados do estudo realizado por Cruz *et al.* (2016).

Inicialmente, a seleção dos avaliadores foi realizada intencionalmente, com base em conhecimento prévio acerca da *expertise* teórica e prática dos mesmos por parte da equipe responsável pela pesquisa. Após definição da lista de prováveis especialistas para essa etapa, foi realizada busca dos nomes na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Teles *et al.*, 2014), para verificar a adequação dos especialistas pré-selecionados aos critérios de inclusão.

Em seguida, o convite para participação nessa etapa da pesquisa, bem como as orientações sobre o processo de validação, objetivos da pesquisa e as responsabilidades do participante, foram enviados por *e-mail*, com prazo de três dias para retorno ao convite. Mediante ausência de resposta por mais de dez dias, foi enviado *e-mail* reiterando o convite. Em caso de recusa, por quaisquer motivos, foi solicitado ao especialista pré-selecionado indicações de pesquisadores que atendessem aos critérios da pesquisa, para compor os painéis a partir da técnica de amostragem de rede ou “bola de neve” (Vinuto, 2014). Ao todo foram enviados 33 convites, conforme descrito na Figura 5.

Figura 5 - Seleção de especialistas para os painéis de juízes da etapa de validação de conteúdo do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis. Brasil, 2024.



Fonte: Autoria Própria

Para o processo de validação foi adotado o número mínimo de seis participantes em cada painel, de acordo com as recomendações de Pasquali (1998). Além disso, para a definição do tamanho da amostra foi priorizada a qualidade da composição do painel, uma vez que, nos estudos de validação, não há necessidade de representatividade estatística em relação ao número da amostra (Scarpato *et al.*, 2012).

Participaram do processo de validação de conteúdo um total de 16 avaliadores, sendo 11 nutricionistas, e cinco profissionais da área de Comunicação e Linguagem (duas jornalistas, dois profissionais de Letras e uma profissional de Marketing), conforme caracterização dos participantes a seguir (Tabela 1).

Tabela 5 - Caracterização dos especialistas participantes da pesquisa, de acordo com dados sociodemográficos e trajetória profissional. Brasil, 2024.

	Nutricionistas (n=11)	Profissionais de Comunicação e Linguagem (n=5)
	n (%)	n (%)
Sexo		
Feminino	10 (90,9)	4 (80,0)
Masculino	1 (9,1)	1 (20,0)
Região		
Norte	3 (27,3)	-
Nordeste	1 (9,1)	4 (80,0)
Centro-Oeste	2 (18,2)	-
Sudeste	3 (27,3)	-
Sul	2 (18,2)	1 (20,0)
Titulação acadêmica		
Especialização	-	1 (20,0)
Mestrado	2 (18,2)	2 (40,0)
Doutorado	9 (81,8)	2 (40,0)
Docente		
Sim	10 (90,9)	3 (60,0)
Não	1 (9,1)	2 (40,0)
Experiência profissional		
Ensino e pesquisa	7 (63,6)	-
Ensino, pesquisa e assistência	3 (27,3)	-
Pesquisa e assistência	1 (9,1)	-

Entre os nutricionistas, a média de idade foi de 41,5 anos (DP±8,2), média de tempo de formação de 18,3 anos (DP±9,4) e tempo médio de experiência profissional de 17,5 anos (DP±8,0) de carreira. Entre os profissionais de Comunicação e Linguagem, a média de idade foi de 30 anos (DP±5,4), média de tempo de tempo de formação igual a 8,4 anos (DP±7,0).

4. 2. 5. 2 Instrumentos e procedimentos para a coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de validação de conteúdo simplificada, em uma única rodada, que consiste em um tipo de estudo metodológico cujo objetivo é a validação de um instrumento ou material, a partir da avaliação de um painel de especialistas no assunto de interesse para obtenção do consenso entre os mesmos, além de profissionais de outras áreas como Comunicação e Linguagem (Vieira *et al.*, 2020). A coleta de dados ocorreu em três fases: (1) elaboração do instrumento, (2) pré-teste do instrumento de coleta de dados e (3) validação do conteúdo por especialistas (Figura 4) (Alexandre; Coluci, 2011).

Na primeira fase foram elaborados dois instrumentos adaptados: o primeiro direcionado aos especialistas nas temáticas do Manual (Apêndice C), composto por 15 itens de concordância, divididos em 3 domínios (objetivos, linguagem, relevância); e o segundo direcionado aos profissionais de Comunicação e Linguagem (Apêndice D), composto por nove itens de concordância com aspectos relacionados ao domínio linguagem.

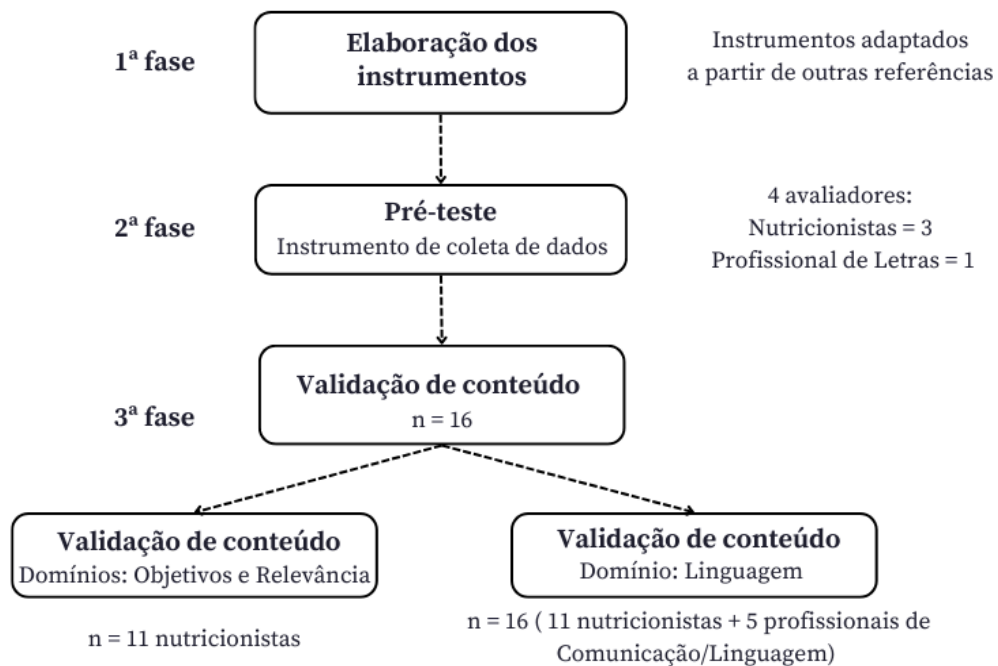
Nos instrumentos de coleta de dados constavam questões sobre os avaliadores, no que tange a características sociodemográficas, formação profissional e trajetória acadêmica, e questões sobre o material. Para análise dos aspectos relacionados aos objetivos, à relevância do Manual, bem como clareza, objetividade, praticidade e dinamicidade da linguagem, as opções de respostas às questões foram apresentadas em forma de sentenças afirmativas com escala de concordância do tipo *Likert*, com pontuação de 1 a 4: (1) Discordo totalmente, (2) Discordo parcialmente, (3) Concordo parcialmente (4) Concordo totalmente. Além das escalas, após cada questão havia um espaço livre, destinado às sugestões ou comentários para a melhoria do material, permitindo um julgamento qualitativo.

Na segunda fase da coleta de dados, foi realizado um pré-teste dos instrumentos de coleta de dados, a fim de diagnosticar fragilidades e lacunas e corrigi-las antes da coleta de dados definitiva (Scarpato *et al.*, 2012). Nessa etapa foram avaliadas questões relacionadas à facilidade das perguntas, linguagem utilizada no questionário, bem como tempo necessário para o preenchimento do formulário. Participaram dessa fase, quatro avaliadores, dos quais três eram nutricionistas e um profissional de Letras.

Na terceira fase, os especialistas convidados foram divididos em dois grupos denominados Painéis de especialistas (Painel 1 e Painel 2), conforme Quadro 4. O painel 1, composto por 11 nutricionistas, avaliou o documento em relação aos Objetivos, Relevância e Linguagem. Já o Painel 2, composto pelos membros do Painel 1 e por profissionais de Jornalismo, Letras, Marketing, avaliou aspectos relacionados à linguagem do Manual, o que inclui clareza, simplicidade, praticidade, adequação ao público de interesse, objetividade, sequência lógica das ideias, bem como a relação entre o tema do capítulo e texto correspondente.

Tanto na fase de pré-teste do instrumento quanto fase de validação de conteúdo, os instrumentos de avaliação foram enviados por meio de formulário eletrônico, elaborado na plataforma *Google Forms*, acompanhados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) para assegurar a participação voluntária em todas as etapas da pesquisa. Após envio do formulário com o material para análise por *e-mail*, os avaliadores tinham até 15 dias para devolutiva das avaliações (Scarpato *et al.*, 2012). Tanto na segunda quanto na terceira fase, os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas e analisados posteriormente.

Figura 6 - Fases da coleta de dados para validação de conteúdo do “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável”. Brasil, 2024.



Fonte:

Autoria Própria

4. 2. 5. 3 Análise de dados

Não há consenso na literatura sobre a técnica de análise de dados mais adequada nos estudos de validação de conteúdo de instrumentos e materiais técnicos, cabendo aos pesquisadores a decisão sobre a melhor opção de acordo com seus objetivos (Melo *et al.*, 2011; Vieira *et al.*, 2020).

Apesar de serem métodos de análise bastante similares, a Taxa de Concordância e o Índice de Validade de Conteúdo (IVC) avaliam a proporção de concordância entre os especialistas considerando apenas as pontuações 3 e 4 da escala. Já o Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) reflete a dimensão avaliada (clareza da linguagem, a pertinência prática e a relevância teórica do material), considerando o somatório de todas as notas atribuídas pelos juízes em cada aspecto avaliado, levando em consideração o viés entre os avaliadores (Cassepp-Borges; Balbinotti; Teodoro, 2010; Hernandez-Nieto, 2002). Nesse sentido, embora a Taxa de Concordância e o IVC tenham sido os métodos mais utilizados, no presente estudo foi utilizado o Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) (Cassepp-Borges; Balbinotti; Teodoro, 2010; Hernandez-Nieto, 2002; Vieira *et al.*, 2020).

Para o cálculo do CVC foram consideradas todas as notas de 1 a 4 da escala *Likert*, atribuídas a cada item pelos especialistas. Para análise de cada item considerou-se os seguintes parâmetros: $CVC < 0,8$ (insatisfatório); $CVC \geq 0,80$ e $< 0,90$ (satisfatório); e $CVC \geq 0,90$ (satisfação excelente) (Hernandez-Nieto, 2002).

O cálculo do CVC foi realizado em cinco etapas. Na primeira etapa, com base nas notas de cada juiz (notas de 1 a 4), o CVC individual (CVC_i) para cada item foi calculado a partir do somatório dos pontos de cada juiz para aquele item, dividido pelo número de juízes e posteriormente dividido pela maior pontuação possível da escala *Likert*, neste caso 4, conforme fórmula matemática:

$$CVC_i = (\sum \text{da pontuação de cada juiz para o item} / n^\circ \text{ de juizes}) / 4$$

Na segunda etapa, foi calculado o valor do CVC global de cada domínio (CVC_d) avaliado, a partir do somatório dos CVC_i de cada item do domínio, dividido pelo número de itens do domínio, conforme a fórmula:

$$CVC_d = \sum CVC_i \text{ do domínio} / n^\circ \text{ itens}$$

Neste estudo, entende-se como domínio, os aspectos avaliados nos instrumentos de coleta de dados, a saber: objetivos, relevância e linguagem. Cada domínio era composto por um conjunto de itens, conforme o Apêndice C e o Apêndice D.

Na terceira etapa, a fim de calcular o CVC global final para cada domínio, foi calculado o Índice de Polarização dos Juízes (*Polarization Experts Index* – PEI), também conhecido como erro, com o objetivo de descontar possíveis vieses entre os avaliadores em cada item (Hernandez-Nieto, 2002). Esse índice está diretamente relacionado ao número de juízes, uma vez que quanto maior o número de juízes, menor o valor do PEI (Hernandez-Nieto, 2002). O PEI é obtido a partir da divisão de 1(um) pelo número de juízes elevado à potência do número de juízes, conforme fórmula a seguir:

$$\text{PEI} = (1/n^{\circ} \text{ de juizes})^{n^{\circ} \text{ de juizes}}$$

Na quarta etapa, o CVC para cada domínio do material foi calculado a partir da subtração do CVC global de cada domínio (CVCd) pelo valor do PEI. Foram considerados validados, os itens e os domínios cujos CVC foram maiores ou iguais a 0,80 ($\text{CVC} \geq 0,80$) (Cassepp-Borges; Balbinotti; Teodoro, 2010; Hernandez-Nieto, 2002).

$$\text{CVCd final} = \text{CVCd} - \text{PEI}$$

Na quinta e última etapa, foi calculado o CVC final do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis, a partir da subtração da média do CVCf (MCVCf) dos três domínios pela média do PEI (MPEI).

$$\text{CVC final} = \text{MCVCf} - \text{MPEI}$$

Para a análise dos dados de caracterização dos especialistas foi utilizada estatística descritiva. Os dados foram tabulados e sistematizados em planilha eletrônica.

4.3 Diagramação

Após a validação de conteúdo (Etapa 5), o Manual foi encaminhado para o processo de diagramação por profissional especializada, para adaptação dos textos aos elementos gráficos, a fim de minimizar a linguagem científica e torná-la mais acessível (ALVES *et al.*, 2023). Atualmente, nesta etapa de diagramação, estão sendo considerados o contexto sociocultural, a adequação da linguagem ao público de interesse, pertinência das ilustrações, leiaute baseado nas publicações do Ministério da Saúde. Até o momento, a primeira versão do material

diagramado foi revisada pela equipe técnica responsável pela Carta Acordo, considerando as sugestões dadas pelos especialistas que participaram do processo de validação de conteúdo, e seguiu para análise da equipe técnica da CGAN/MS. Posteriormente, serão realizados os ajustes e mediante aprovação da segunda versão do material diagramado, será fechada a versão final da segunda edição do manual intitulado “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares”.

Figura 7 - Capa e Sumário da primeira edição do Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável, publicada em 2010. Brasil, 2024.

SUMÁRIO	
Introdução	7
Unidade 1: Iniciando a Cantina Escolar Saudável	13
Unidade 2: O que é alimentação saudável?	17
Unidade 3: Cantina e alimentos industrializados	23
Unidade 4: Higiene dos alimentos	29
Unidade 5: Lanches saudáveis	35
Unidade 6: Cronograma das atividades e mantendo a cantina escolar saudável	41
Palavras finais	45
Para Refletir	49
Referências	53

Figura 8 - Capa e Sumário da primeira versão diagramada da segunda edição do “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável”. Brasil, 2024.



Figura 9 - Páginas do Capítulo 5: O que é uma alimentação adequada e saudável, da primeira versão diagramada do Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável 2ª edição. Brasil, 2024.

Por meio da lista de ingredientes, podemos identificar a qual grupo o alimento pertence. A figura abaixo ilustra a classificação segundo o grau de processamento utilizando alguns exemplos.

FIGURA 1. Exemplos da classificação de alguns alimentos segundo o grau de processamento

A regra de ouro para uma alimentação saudável é: "prefira sempre alimentos in natura ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados". Assim, analise se o seu estabelecimento tem oferta de alimentos in natura ou minimamente processados (BRASIL, 2014).



O que são preparações culinárias?
Essas preparações refletem a cultura alimentar de uma sociedade e estilo fortemente relacionadas com a identidade e o sentimento de pertencimento social das pessoas (BRASIL, 2014). Na cantina escolar, as preparações culinárias são muito bem-vindas, com o preparo de diferentes sabores de bolos caseiros, como o bolo de laranja, de milho, de coco e salgadinhos preparados no local, a partir de ingredientes como farinha, ovos, leite, frango, carne, tomate, cebola etc. Outros tipos de preparações culinárias são as vitaminas de frutas e pipoca feita com o milho natural.

22

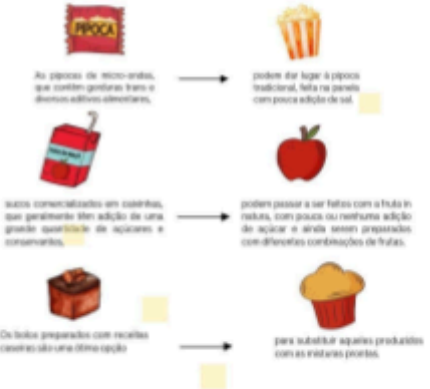
VOCÊ SABIA?

Pela lista de ingredientes, também é possível reconhecer qual é a classificação do alimento de acordo com seu grau de processamento. A presença de ingredientes de nomes pouco familiares não utilizados em preparações caseiras pode indicar que é um alimento ultraprocessado.



No caso das cantinas, há diversas opções de alimentos ultraprocessados que podem ser substituídos por alimentos semelhantes, mas com menor grau de processamento.

Exemplos:



Veja com maiores detalhes, no capítulo 7, como fazer essas substituições.

29

4. 4 Destinação dos resultados e planejamento de publicações

A versão final do manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares”, produto principal desta dissertação, será destinado à Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN), e os direitos autorais serão revertidos ao Departamento de Promoção à Saúde, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. A publicação será lançada e disponibilizada para acesso gratuito, de acordo com a programação da CGAN/MS. Os resultados do processo de validação do material serão publicizados em formato de artigo em periódico científico, cujo escopo contemple a temática do trabalho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão do processo de validação de conteúdo do manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares” foram apresentados em formato de artigo científico, que será submetido à Revista Panamericana de Salud Pública, da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Além disso, foi elaborado um Relatório Técnico destinado à CGAN/MS, com as principais recomendações para qualificação do material, advindas do processo de validação de conteúdo.

5.1 Artigo Científico

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS: VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO DA SEGUNDA EDIÇÃO DO MANUAL DE CANTINAS ESCOLARES SAUDÁVEIS DO BRASIL

HEALTHY FOOD IN SCHOOLS: CONTENT VALIDATION OF THE SECOND EDITION OF THE HEALTHY SCHOOL CANTEENS MANUAL OF BRAZIL

ALIMENTACIÓN SALUDABLE EN LAS ESCUELAS: VALIDACIÓN DE CONTENIDO DE LA SEGUNDA EDICIÓN DEL MANUAL DE LAS CANTINES ESCOLARES SALUDABLES DE BRASIL

RESUMO

Objetivo: O presente estudo teve como objetivo validar o conteúdo da segunda edição do manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares”, do Ministério da Saúde do Brasil. **Método:** Trata-se de um estudo metodológico realizado em duas etapas: (1) atualização do conteúdo do Manual de Cantinas Escolares Saudáveis, lançado no ano de 2010 e (2) validação de conteúdo do material atualizado, entre fevereiro de 2022 e maio de 2024, no Brasil. Participaram da pesquisa nutricionistas especialistas na temática central do Manual, para avaliar aspectos relacionados aos objetivos, à relevância e à linguagem, e profissionais de Comunicação e Linguagem, para julgar a linguagem do material. Os dados foram coletados por meio de questionário eletrônico, com respostas em escala *Likert*. Na análise dos dados foi utilizada estatística descritiva para dados de caracterização dos participantes e o Coeficiente de Validade de

Conteúdo (CVC), para avaliar o grau de concordância entre os especialistas em relação aos domínios Objetivos, Relevância e Linguagem, com ponto de corte igual a 0,80. **Resultados:** Foram obtidos valores de CVC satisfatórios para todos os domínios. O CVC final do manual foi de 0,93, classificado como excelente. Para os domínios Objetivos, Relevância e Linguagem foram obtidos CVC de 0,93, 1,0 e 0,87, respectivamente. **Conclusões:** O material apresentou qualidades psicométricas satisfatórias para ser utilizado como um guia de implementação de cantinas saudáveis no âmbito escolar e como uma potente ferramenta de promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Alimentação Saudável; Promoção da Saúde; Estudos de validação.

ABSTRACT

Objective: The present study aimed to validate the content of the manual “Healthy School Canteen: promoting adequate and healthy eating in school canteens”. **Method:** This is a methodological study carried out in two stages: (1) updating and (2) content validation of the material, between February 2022 and May 2024, in Brazil. Nutritionists’ experts in the central theme of the Manual participated in the research, to evaluate aspects related to objectives, relevance and language, and Communication and Language professionals, to judge the language of the material. Data were collected using an electronic questionnaire, with responses on a Likert scale. In data analysis, descriptive statistics were used to characterize participant data and the Content Validity Coefficient (CVC) to assess the degree of agreement between experts in relation to the Objectives, Relevance and Language domains, with a cutoff point equal to 0,80. **Results:** Satisfactory CVC values were obtained for all domains. The overall CVC of the manual was 0.93, classified as excellent. For the objective, relevance and language domains, CVCs of 0.93, 1.0 and 0.87 were obtained, respectively. **Conclusions:** The material presented satisfactory psychometric qualities to be used as a guide for the implementation of healthy canteens in schools and a powerful tool for promoting adequate and healthy eating in schools.

Keywords: Food Environment; Healthy eating; Health Promotion at School; Child obesity. Validation Studies.

RESUMEN

Objetivo: El presente estudio tuvo como objetivo validar el contenido del manual “Comedor Escolar Saludable: promoviendo una alimentación adecuada y saludable en los comedores escolares. **Método:** Se trata de un estudio metodológico realizado en dos etapas: (1) actualización y (2) validación de contenido del material, entre febrero de 2022 y mayo de 2024, en Brasil. En la investigación participaron nutricionistas especializados en el tema central del Manual, para evaluar aspectos relacionados a los objetivos, relevancia y lenguaje, y profesionales de la Comunicación y el Lenguaje, para juzgar el lenguaje del material. Los datos se recogieron mediante un cuestionario electrónico, con respuestas en escala Likert. En el análisis de los datos, se utilizaron estadísticas descriptivas para caracterizar los datos de los participantes y el Coeficiente de Validez de Contenido (CVC) para evaluar el grado de acuerdo entre expertos en relación con los dominios Objetivos, Relevancia y Lenguaje, con punto de corte igual a 0,80. **Resultados:** Se obtuvieron valores de CVC satisfactorios para todos los dominios. El CVC global del manual fue de 0,93, clasificado como excelente. Para los dominios objetivo, relevancia y lenguaje se obtuvieron CVC de 0,93, 1,0 y 0,87, respectivamente. **Conclusiones:** El material presentó cualidades psicométricas satisfactorias para ser utilizado como guía para la implementación de comedores saludables en las escuelas y una poderosa herramienta para promover una alimentación adecuada y saludable en las escuelas.

Palabras clave: Alimentación Escolar; Alimentación Saludable; Promoción de la salud; Estudios de validación.

INTRODUÇÃO

Considerada uma epidemia mundial, a obesidade na infância e na adolescência tem crescido de maneira expressiva ao longo dos anos, como resultado de uma série complexa de fatores individuais e ambientais que atuam em múltiplos contextos: familiar, comunitário, escolar, social e político (Cockerham; Hamby; Oates, 2017; Jebeile *et al.*, 2022; WFO, 2024).

No contexto escolar, estudos mostram que a elevada comercialização de alimentos ultraprocessados como, balas, doces, refrigerantes, bebidas açucaradas e preparações culinárias que utilizam como ingredientes diversos alimentos ultraprocessados em cantinas

escolares comerciais e no entorno das escolas do Brasil e do mundo têm contribuído com essa epidemia, uma vez que a presença desses estabelecimentos favorece a exposição a um ambiente alimentar obesogênico e aumenta a probabilidade de consumo desse tipo de alimento (Rachmadewi et al., 2021; Assis, 2021; Santos; Fagundes; Gabriel, 2017; Henriques *et al.*, 2021; Nool *et al.*, 2019; Purva et al., 2021; WHO, 2024).

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), no Brasil, existe uma elevada prevalência dessas cantinas nas escolas, sobretudo na rede de ensino privado (IBGE, 2021). De acordo com essa pesquisa, as cantinas escolares estavam disponíveis para quase todos os alunos das escolas privadas (96,2%) e para 27,9% dos alunos das escolas públicas (IBGE, 2021).

Dessa maneira, considerando que crianças e adolescentes passam no mínimo um terço do dia no ambiente escolar, e que cerca de 30 a 50% de sua ingestão alimentar diária ocorre nesse ambiente, a escola tem sido considerada um dos eixos estratégicos prioritários para a promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) entre esse público, como o Marco de Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas e o Decreto nº11.821 de 12 de dezembro de 2023, que dispõe sobre ações de PAAS no ambiente escolar (Brasil, 2012; BRASIL, 2022; BRASIL, 2023; Reed, 2014; OPAS, 2014).

Nesse contexto, o Ministério da Saúde tem elaborado materiais técnicos com diretrizes para as cantinas escolares, a exemplo da primeira edição do “Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável”, lançada em 2010, para orientar os proprietários de cantinas no que diz respeito à comercialização de lanches saudáveis (Brasil, 2010). Também, mais recentemente, em 2021, foi publicado pelo mesmo órgão, a Estratégia de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja), que contempla um conjunto de ações essenciais para o combate da obesidade infantil e para a construção de ambientes escolares saudáveis (Brasil, 2022).

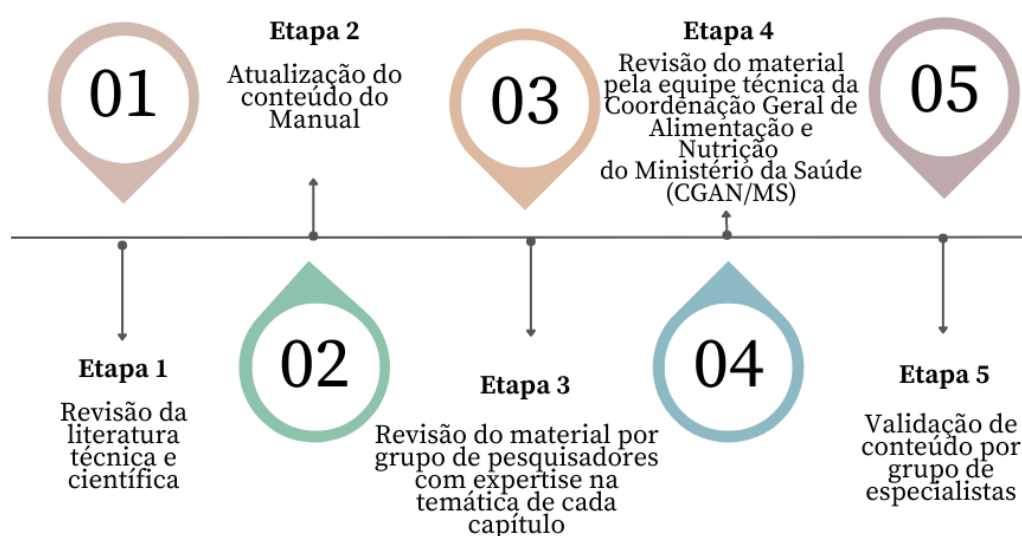
Após mais de uma década da publicação da primeira versão do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis e tendo em vista o papel das cantinas no acesso e na disponibilidade de alimentos no ambiente escolar, se fez necessária a revisão e validação de conteúdo do referido material, alinhando-o às recentes recomendações nacionais sobre alimentação adequada e saudável, veiculadas nos Guias Alimentares. Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo validar o conteúdo da segunda edição no manual de Cantinas Escolares Saudáveis, a fim de garantir uma ferramenta confiável e capaz de contribuir com a disseminação de instruções adequadas aos proprietários de cantinas escolares e a toda comunidade escolar,

favorecendo a implementação de cantinas saudáveis e promoção da alimentação adequada e saudável.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo metodológico realizado em duas etapas: (1) atualização e (2) validação de conteúdo da tecnologia educativa “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável” por juízes especialistas, realizado entre fevereiro de 2022 e maio de 2024 (Figura 1). O material validado faz parte do rol de produtos do projeto intitulado “Promoção da alimentação saudável em ambientes alimentares escolares”, fruto de Carta Acordo entre a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), Ministério da Saúde e três instituições de ensino públicas federais brasileiras.

Figura 1: Fluxograma das etapas metodológicas utilizadas na atualização e validação de conteúdo do “Manual de Cantinas Alimentares Saudáveis: promovendo alimentação saudável”. Brasil, 2024.



Fonte: Autoria Própria

Primeira etapa - revisão e atualização do conteúdo do material

Para a primeira etapa de atualização do conteúdo da primeira edição do Manual de Cantinas Escolares Saudáveis, foi realizada revisão da literatura do tipo narrativa (Rother, 2007), em bases de dados científicas, bem como em repositórios institucionais nacionais do Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituto de

Defesa do Consumidor (IDEC), em busca de informações atualizadas dos últimos 10 anos e pertinentes ao tema e aos objetivos do material. Em seguida, o conteúdo do documento foi revisado e atualizado por pesquisadoras de três universidades integrantes da pesquisa, com ênfase na elaboração de textos claros, com linguagem prática e adequada ao público de interesse.

Inicialmente, a versão preliminar do Manual, com um total de 133 páginas, distribuídas em 10 capítulos, foi revisada por pesquisadoras vinculadas a universidades públicas federais brasileiras, com *expertise* teórico-prática na temática de cada capítulo, a fim de avaliar a estrutura do texto, a relevância dos tópicos inseridos, a clareza da escrita, adequação da linguagem ao público-alvo, bem como relevância e pertinência das referências utilizadas. Após os ajustes considerados pertinentes, o material foi enviado para apreciação da equipe técnica da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde. Ao final de três rodadas de revisão do texto nesta instância, o documento com a primeira versão preliminar do manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares”, com 75 páginas e 10 capítulos, passou pelo processo de validação de conteúdo.

Segunda etapa - Validação de Conteúdo

A validade é um aspecto crucial na Psicometria, com estimado valor científico, sendo considerado um dos principais indicadores de qualidade de um instrumento (Kimberlin; Winterstein, 2008). Pode ser classificada em três tipos: de constructo, de critério ou de conteúdo (Pasquali, 2009). No processo de validação de conteúdo de materiais técnicos, um grupo de avaliadores com reconhecido saber teórico-prático, denominados juízes especialistas, avaliam se o conteúdo veiculado está correto e adequado ao público a que se destina, no que tange aos objetivos, relevância, clareza e facilidade da linguagem (Crestani; Moraes; Souza, 2017).

Nesta pesquisa, a validação de conteúdo foi realizada por dois grupos de especialistas, denominados Paineis de especialistas, conforme preconizado por Pasquali (1998). No total participaram 16 avaliadores, selecionados por meio da técnica de amostragem intencional, associada à técnica de amostragem de rede, também chamada de “bola de neve” (Lwanga; Lemeshow, 1991; Vinuto, 2014). Os especialistas foram convidados por *e-mail*. Ao todo foram enviados 33 convites.

O Painel 1 foi composto por onze especialistas da área de alimentação e nutrição, das cinco macrorregiões do Brasil, com *expertise* em ambiente alimentar escolar e/ou promoção

da alimentação adequada e saudável, com mestrado e/ou doutorado em ciências da nutrição ou da saúde, com no mínimo cinco anos de experiência profissional e com artigos publicados em periódicos indexados na área de alimentação escolar e/ou ambiente alimentar e/ou promoção da alimentação adequada e saudável (Leite *et al.*, 2018; Melo *et al.*, 2011). Neste Painel foram avaliados aspectos relacionados ao conteúdo, objetivos e relevância do material.

O Painel 2 foi composto pelos mesmos especialistas do Painel 1 mais cinco profissionais da área de Marketing, Letras e Jornalismo, das macrorregiões Nordeste e Sul, com especialização e/ou mestrado e/ou doutorado, para a avaliação dos aspectos relacionados à linguagem utilizada no material, tais como clareza, objetividade, facilidade e adequação ao público de interesse (Cruz *et al.*, 2016; Fontenele *et al.*, 2021; Lima *et al.*, 2017).

A coleta de dados foi realizada em uma única rodada, por meio de questionários *on-line* adaptados, disponibilizados por *e-mail*, compostos por itens com opções de respostas em escala *Likert* de 4 pontos, para avaliar o grau de concordância ou discordância entre os juízes: (1) Discordo totalmente, (2) Discordo parcialmente, (3) Concordo parcialmente (4) Concordo totalmente. Após cada questão foi inserido um espaço livre destinado às sugestões ou comentários para a melhoria do material, permitindo um julgamento qualitativo acerca de cada afirmativa (Fontenele *et al.*, 2021; Leite *et al.*, 2018; Souza *et al.*, 2020).

O questionário direcionado aos especialistas do Painel 1 foi composto por 15 itens, divididos em 3 domínios (objetivos, linguagem, relevância). Já o questionário avaliado por profissionais de Comunicação e Linguagem foi composto por 9 itens de concordância com aspectos relacionados ao domínio da linguagem, o que inclui clareza, simplicidade, praticidade, adequação ao público de interesse, objetividade, sequência lógica das ideias, bem como a relação entre o tema do capítulo e texto correspondente (Fontenele *et al.*, 2021; Leite *et al.*, 2018; Souza *et al.*, 2020).

Para a análise dos dados foi utilizado o Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC), que avalia o grau de clareza da linguagem, a pertinência prática e a relevância teórica do material, a partir da média de todas as notas de 1 a 4 da escala *Likert*, atribuídas pelos juízes em cada aspecto avaliado, dividido pela maior pontuação da escala, levando em consideração o valor do Índice de Polarização dos Juízes (Polarization Experts Index - PEI), a fim de descontar os possíveis vieses entre os avaliadores (Cassepp-Borges; Balbinotti; Teodoro, 2010; Hernandez-Nieto, 2002). Foi calculado CVC para cada item da escala (CVCi), CVC para os domínios (CVCd) e CVC final para o material (CVCf), sendo este calculado a partir da média dos CVC dos domínios Objetivos, Linguagem e Relevância.

Para análise de cada item considerou-se os seguintes parâmetros: $CVC < 0,80$ (insatisfatório); $CVC \geq 0,80 < 0,90$ (satisfatório); e $CVC > 0,90$ (satisfação excelente) (Hernandez-Nieto, 2002). Para o cálculo do CVC dos itens relacionados ao domínio "Objetivos e Relevância" foi considerado $n = 11$ (nº de juízes do Painel 1). Para os itens relacionados ao domínio "Linguagem" considerou-se $n = 16$ (nº de juízes do Painel 2). O valor do PEI foi obtido a partir da razão entre 1(um) e o número de juízes elevado ao mesmo número de juízes (Hernandez-Nieto, 2002).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Sergipe (CEP-UFS), conforme parecer nº 5.531.874, de 18 de julho de 2022. Todos os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de assegurar a participação voluntária, conforme a Resolução nº 466/2012.

RESULTADOS

O manual de cantinas escolares saudáveis foi revisado, atualizado e organizado em nove capítulos, distribuídos em 75 páginas: (1) Introdução, (2) O que é o Ambiente Alimentar Escolar, (3) Qual a realidade das cantinas escolares, (4) O que é uma alimentação adequada e saudável, (5) O que é uma cantina saudável e por onde começar, (6) O que é um lanche saudável, (7) Como oferecer um alimento seguro, (8) Como viabilizar economicamente uma cantina saudável, (9) Como implementar uma cantina saudável e segura.

Quadro 1: Comparativo entre o conteúdo das duas edições do manual de cantinas saudáveis, Brasil, 2024.

Edições do manual	Sumário
Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável Ano: 2010	• Introdução; • Iniciando a Cantina Escolar Saudável; • O que é alimentação saudável; • Cantina e alimentos industrializados; • Higiene dos alimentos; • Lanches Saudáveis; • Cronograma das atividades e mantendo a cantina escolar saudável.
	• Introdução; • O que é o Ambiente Alimentar Escolar; • Qual a realidade das cantinas escolares;

Manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares” Ano: 2024	• O que é uma alimentação adequada e saudável; • O que é uma cantina saudável e por onde começar; • O que é um lanche saudável; • Como oferecer um alimento seguro; • Como viabilizar economicamente uma cantina saudável; • Como implementar uma cantina saudável e segura.
--	---

Na etapa de validação de conteúdo participaram 16 avaliadores, sendo onze especialistas da área de alimentação e nutrição (três da região Norte, um do Nordeste, dois do Centro-Oeste, três do Sudeste e dois do Sul), e cinco profissionais da área de Marketing, Letras e Jornalismo (quatro da região Nordeste e um do Sul. Entre os nutricionistas, a média de idade foi de 41,5 anos (DP±8,2), média de tempo de formação 18,3 anos (DP±9,4) e tempo médio de experiência profissional de 17,5 anos (DP±8,0) de carreira. Entre os profissionais de Comunicação e Linguagem, a média de idade foi de 30 anos (DP±5,4), e tempo médio de formação igual a 8,4 anos (DP±7,0) (Dados não apresentados em tabelas)

Foram obtidos valores de CVC satisfatórios para todos os três domínios. O CVC global do manual foi de 0,93, classificado como excelente (Tabela 1). Os resultados por domínio foram CVC de 0,93, 1,0 e 0,87, respectivamente para Objetivos, Relevância e Linguagem. A maioria dos itens avaliados obteve CVC satisfatório ($\geq 0,80$ e $< 0,90$) ou excelente ($\geq 0,90$), com exceção dos itens relacionados à simplicidade e adequação da linguagem ao público de interesse (itens 1.1 e 1.2 domínio Linguagem) (Tabela 1).

Além das análises do CVC, os comentários e as sugestões dos especialistas nortearam a revisão do material, tanto na redação quanto na etapa atual de diagramação. Foram registradas principalmente considerações relacionadas à linguagem, sobretudo entre os especialistas em comunicação e linguagens.

“O texto possui rigor acadêmico e discute o assunto em diferentes perspectivas, a partir de diferentes autores, fontes e dados. Entendendo parte do público como “proprietários, gestores de cantinas e comunidade escolar”, a linguagem pode não alcançá-los.” (JC2)

Tabela 1: Coeficiente de Validade de Conteúdo “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável”. Brasil, 2024.

Itens por domínio	CVCi	PEI	CVCi
1 Adequação aos objetivos do Manual¹			
1.1 O manual contempla o tema proposto	0,95	0,00	0,95
1.2 O manual é adequado ao processo ensino-aprendizagem	0,86	0,00	0,86
1.3 O manual incentiva a realização de mudanças nas cantinas	0,95	0,00	0,95
1.4 O manual oferece ferramentas suficientes para implementação de cantinas saudáveis	0,95	0,00	0,95
CVC Objetivos			0,93
2 Relevância do Manual¹			
1.1 O tema dos capítulos é relevante	1,0	0,00	1,0
2.2 O manual proporciona reflexão sobre o tema	1,0	0,00	1,0
CVC Relevância			1,0
3 Linguagem do Manual²			
1.1 A linguagem está adequada ao público	0,73	0,00	0,73
1.2 A linguagem é simples	0,77	0,00	0,77
1.3 A linguagem é prática	0,84	0,00	0,84
1.4 As informações são claras	0,98	0,00	0,98
1.5 As informações são objetivas	0,83	0,00	0,83
1.6 O texto desperta interesse	0,91	0,00	0,91
1.7 Existe sequência lógica das ideias	0,97	0,00	0,97
1.8 Há associação entre o tema de cada capítulo e o texto correspondente	0,92	0,00	0,92
1.9 O conteúdo dos capítulos mantém a dinâmica da leitura	0,91	0,00	0,91
CVC Linguagem			0,87
Avaliação final do Manual: CVCf = 0,93			

¹Painel 1: n=11 nutricionistas; ²Painel 2: n=16 (Painel 1 + profissionais de Comunicação e Linguagem)

“O texto está bem escrito e fácil de continuar a leitura, porém, para o público, talvez fosse interessante incluir exemplos práticos [...] para não ser apenas uma abordagem que pareça acadêmica e aproxime o público da leitura.” (JC4)

“Há pontos em que a linguagem é simples, como se espera de um manual, mas há outros em que se fecha a certos tecnicismos [...] é importante adaptar as informações veiculadas no material a um registro mais coloquial.” (JC5)

“Achei o material muito completo e robusto, porém, em alguns momentos com linguagem ainda acadêmica [o que] pode dificultar o processo de ensino aprendizagem.” (JN8)

“Embora bastante completo e interessante para alguém da área, acredito que em alguns momentos seja cansativo e a linguagem bastante técnica.” (JN10)

Também, foram observadas considerações acerca da relevância do documento e sugestões de aprimoramento do ponto de vista técnico, por parte dos especialistas em alimentação e nutrição.

“O manual possui as informações necessárias para que haja a compreensão do porquê implementar uma cantina saudável frente ao contexto atual e como implementar as mudanças.” (JN3)

“Extremamente relevante, o material está muito robusto. [...] Muitas dicas, ideias, sugestões práticas que tornam o objetivo palpável. [...] Com certeza é uma ferramenta potente de educação alimentar e nutricional.” (JN8)

“Nas ações de EAN, sugiro aproveitar a oportunidade para desencorajar o uso da Pirâmide Alimentar, tão presente ainda no âmbito escolar.” (JN6)

“Apesar da obesidade ser hoje um dos maiores problemas de saúde pública, não podemos deixar de mencionar a fome e as carências nutricionais. Acredito que esses também são fatores importantes para justificar a presença de alimentos saudáveis nas cantinas.” (JN9)

DISCUSSÃO

Os manuais técnicos são importantes tecnologias educacionais que permitem a disseminação de informações e orientações acerca de um tema para um dado público, devendo seguir adequado rigor metodológico desde a sua elaboração até a validação de conteúdo (Alves *et al.*, 2023). Nesse sentido, o presente estudo contribuiu para a validação de conteúdo da 2ª edição do manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares” do Ministério da Saúde, como uma potente

ferramenta de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) no ambiente alimentar escolar do Brasil.

A PAAS, reconhecida como uma das vertentes da Promoção à Saúde, se refere a um conjunto de estratégias que proporcionam a realização de práticas alimentares adequadas do ponto de vista biológico, sociocultural e ambiental, tanto no âmbito individual quanto no coletivo (Brasil, 2013). Essa diretriz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), deve fundamentar-se, dentre outros aspectos, na criação de ambientes favoráveis à saúde, nos quais os indivíduos possam exercer comportamentos e escolhas saudáveis (Brasil, 2013).

Nesse contexto, o Manual validado pode ser considerado uma ferramenta de incentivo e apoio à criação de ambientes alimentares escolares saudáveis, incidindo na comercialização de alimentos saudáveis nas cantinas, com enfoque nas diretrizes do Guia Alimentar para a população brasileira, mantendo estreito diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, sobretudo os ODS 2, 3 e 12 (ONU, 2015)

A avaliação do material por profissionais de diversas áreas de atuação, pesquisadores e docentes na área de interesse e juízes com experiência em Comunicação e Linguagem, bem como das cinco macrorregiões do país, possibilitou a valorização de diferentes perspectivas sobre o mesmo objeto e, posteriormente, a disponibilização de um material adequado e abrangente tanto do ponto de vista técnico quanto didático-pedagógico (Alves *et al.*, 2023; Echer, 2005; Leite *et al.*, 2018).

O conteúdo do Manual foi validado com CVC excelente, obtido a partir da média dos CVC dos domínios Objetivos, Relevância e Linguagem, indicando a qualidade e a adequação do material ao processo de implementação de cantinas escolares saudáveis (Medeiros *et al.*, 2015). Do ponto de vista da avaliação global do Manual por item avaliado, de um universo de 15 itens, dez obtiveram CVC excelentes, três obtiveram CVC satisfatórios e apenas dois relacionados à linguagem foram classificados como insatisfatórios ($<0,80$), bem próximo do ponto de corte, convergindo com a avaliação qualitativa dos juízes nos painéis de especialistas. Entretanto, apesar desse resultado, a validação do domínio Linguagem não foi comprometida.

É importante salientar que a produção, a circulação e a textualização dos conhecimentos devem ser observados como aspectos interligados e inseparáveis, a fim de romper as fragilidades existentes na integração entre o saber científico e o saber popular e mitigar possíveis limitações na compreensão e no acesso às informações (Doak; Doak; Root, 1996; Fioresi; Silva, 2022). Assim, a linguagem utilizada nas tecnologias educacionais, como os manuais técnicos, deve considerar o objeto e o público ao qual se destina, devendo ser

clara, objetiva, simples, coesa e de fácil compreensão, de modo que as evidências científicas não sejam perdidas de vista (Alves *et al.*, 2023; Costa *et al.*, 2020).

Considerando que cantineiro(a)s e demais membros da comunidade escolar faz parte do público a que se destina o objeto deste estudo, embora seja um material técnico, que, portanto, requer termos e conceitos técnicos, foi intencional a utilização de uma linguagem que alcançasse as pessoas, independentemente do grau de instrução. Assim, para superar a linguagem tecnicista sinalizada na etapa de validação de conteúdo, as recomendações dos juízes especialistas foram direcionadas à diagramação. A diagramação é uma fase fundamental no processo de elaboração de tecnologias educacionais, uma vez que auxilia na simplificação e adequação da linguagem dos materiais técnicos ao público a que se destina, superando a linguagem técnico-científica, tornando-a acessível e inteligível (Alves *et al.*, 2023; Souza; Moreira; Borges, 2020).

Em geral, após a validação do conteúdo pelos especialistas, sugere-se que as tecnologias educacionais sejam avaliadas pelo público ao qual se destinam, com o intuito de ampliar a sua confiabilidade e avaliar se o material produzido é compreensível (Moura *et al.*, 2017; Teixeira, 2019). Nessa etapa, denominada validação semântica ou de aparência, o público avalia o material em relação a aspectos como objetivos, organização, aparência e o estilo da escrita (Souza; Moreira; Borges, 2020; Teixeira, 2019). Apesar da relevância dessa etapa nos processos de validação, no presente estudo não foi possível realizá-la, em razão das divergências entre os prazos da Carta-Acordo e o tempo acadêmico de um mestrado, sendo uma importante limitação da pesquisa.

A despeito dessa limitação, pode-se afirmar que a validação de conteúdo realizada com um grupo heterogêneo e multidisciplinar permitiu a elaboração de um material prático direcionado ao público de interesse e que pode favorecer a mudança de atitude e a adesão às cantinas saudáveis no âmbito escolar. Ademais, o seguimento do rigor metodológico, durante todas as etapas do estudo, conferiu valor e confiabilidade científica à pesquisa, direcionando a produção de um material relevante, adequado ao processo de ensino-aprendizagem, abrangente, com conteúdo correto, com ferramentas suficientes para a implementação cantinas escolares saudáveis e com linguagem adequada a toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. M. **Ambiente escolar, regulamentação das cantinas e obesidade: um recorte do estudo de riscos cardiovasculares em adolescentes.** 2021. 196f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ALVES, S. A. A.; ABREU, L. C.; CUNHA, N. C. P.; JÚNIOR, A. D. A.; ABREU, C. I. P. O.; MEIRELLES, A. C. A. *et al.* Descrição do método científico de elaboração e validação de tecnologias educativas no formato digital: um estudo metodológico. **Journal of Human Growth and Development**, v. 33, n. 2, p. 299-309, 2023. DOI: 10.36311/jhgd.v33.14615.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010, 59p. Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/manual_cantinas.pdf. Acesso em 05 de abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012, 68p. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em agosto de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013, 84p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em 02 de jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Proteja: Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 39p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/orienta_proteja.pdf. Acesso em: 15 de abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 11.821 de 12 de dezembro de 2023. Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção à alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11821.htm. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

CASSEP-BORGES, V.; BALBINOTTI, M. A.; TEODORO, M. L. Tradução e validação de conteúdo: uma proposta para adaptação de instrumentos. In PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap.24, p. 506-520.

CRESTANI, A. H.; MORAES, A. B. DE.; SOUZA, A. P. R. DE. Validação de conteúdo: clareza/pertinência, fidedignidade e consistência interna de sinais enunciativos de aquisição da linguagem. **Communication Disorders, Audiology and Swallowing**, v. 29, n. 4, p. 1-6, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/201720160180>.

CRUZ, F. O.; FERREIRA, E. B.; VASQUES, C. I.; MATA, L. R.; REIS, P. E. Validação de manual educativo para pacientes com câncer de cabeça e pescoço submetido à radioterapia. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 24, e2706, p. 1-9, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.0949.2706>

COCKERHAM, W. C.; HAMBY, B. W.; OATES, G. R. The Social Determinants of Chronic Disease. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 52, n.1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2016.09.010>.

DOAK, C.; DOAK, L.; ROOT, J. **Teaching patients with low literacy skills**. 2. ed. Philadelphia: JB Lippincott, 1996. 212 p. Disponível em <https://www.hsph.harvard.edu/healthliteracy/resources/teaching-patients-with-low-literacy-skills/>. Acesso em 20 de junho de 2024.

ECHER, I. C. Elaboration of guidance manuals for health care. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 13, n. 5, p. 754-757, 2005.

FIORESI, C. A.; SILVA, H. C. da. Ciência popular, divulgação científica e Educação em Ciências: elementos da circulação e textualização de conhecimentos científicos. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 28, e22049, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320220049>. Acesso 02 de jul. de 2024.

FONTENELE, N. A.; XIMENES, M. A.; BRANDÃO, M. G.; FERNANDES, C. S.; NETO, N. M.; CARVALHO, R. F. *et al.* Construção e validação de álbum seriado para a prevenção de lesão por pressão: estudo metodológico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 3, p. 1-8, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1060>

GIACOMELLI, S. C.; LONDERO, A. M.; BENEDETTI, F. J.; SACCOL, A. L. F. Comércio informal e formal de alimentos no âmbito escolar em um município da região central do Rio Grande do Sul. **Brazilian Journal of Food Technology**, Campinas, v. 20, e2016136, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-6723.13616>.

HERNÁNDEZ-NIETO, R. A. **Contributions to statistical analysis**. Mérida: Universidade de Los Angeles, 2002.

HENRIQUES, P.; ALVARENGA, C. R. T.; FERREIRA, D. M.; DIAS, P. C.; SOARES, D. S. B.; BARBOSA, R. M. S.; BURLANDY, L. Ambiente Alimentar do entorno de escolas públicas e privadas: oportunidade ou desafio para uma alimentação saudável. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.26, n.8, p. 3135 - 3145, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.04672020>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021;162p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101852>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

JEBEILE, H.; KELLY, A. O'MALLEY, G.; BAUR, L. A. Obesity in children and adolescents: epidemiology, causes, assessment, and management. **The Lancet. Diabetes & Endocrinology**, v.10, n.5, p.351-365, 2022. DOI: [https://doi.org/10.1016/s2213-8587\(22\)00047-x](https://doi.org/10.1016/s2213-8587(22)00047-x).

KIMBERLIN, C. L.; WINTERSTEIN, A. G. Validity and reliability of measurement instruments used in research. **American Journal of Health-system Pharmacy**, v. 65, n.23, p.2276-2284, 2008. DOI: 10.2146/ajhp070364. PMID: 19020196.

LEITE, S. S.; ÁFIO, A. C. E.; CARVALHO, L. V. DE.; SILVA, J. M. DA.; ALMEIDA, P. C. DE.; PAGLIUCA, L. M. F. Construção e validação de instrumento de validação de conteúdo educativo em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, suppl. 4, p. 1732-1738, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0648>.

LIMA, A. C.; BEZERRA, K. C.; SOUSA, D. M.; ROCHA, J. F.; ORIÁ, M. O. Construção e validação de cartilha para prevenção da transmissão vertical do HIV. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, n. 2, p. 181-189, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201700028>.

LWANGA, S. K.; LEMESHOW, S. Sample size determination in health studies: a practical manual. **World Health Organization**, 1991. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/40062> . Acesso em 28 de ago. 2024.

MEDEIROS, R. K. S.; FERREIRA, J. M. A.; PINTO, D. P. S. R.; VITOR, A. F.; SANTOS, V. E. P.; BARICHELLO, E. Modelo de Validação de Conteúdo de Pasquali nas pesquisas de enfermagem. **Revista de Enfermagem de Referência**, v. 4, p. 127-135, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14009>.

MELO, R. P.; MOREIRA, R. P.; FONTENELE, F. C.; AGUIAR, A. S. C. DE.; JOVENTINO, E. S.; CARVALHO, E. C. Critérios de seleção de experts para estudos de validação de fenômenos de enfermagem. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 12, n. 2, p. 424-431, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4254/3285>. Acesso em 09 de out. 2024.

MOURA, I. H.; SILVA, A. F. R. da.; ROCHA, A. E. S. H.; LIMA, L. H. O.; MOREIRA, T. M. M.; SILVA, A. R. V. da. Construção e Validação de materiais educativos para prevenção da síndrome metabólica em adolescentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 25, e 2934, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2024.2934>.

NOLL, P.R.S.; NOLL, M.; ABREU, L. C.; BARACAT, E. C.; SILVEIRA, E. A.; SORPRESO, I. C. E. Ultra-processed food consumption by Brazilian adolescents in cafeterias and school meals. **Scientific Reports**, [S.I.], v. 9, n. 7162, p. 1-8, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-019-43611-x>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. **Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes**. Washington, D.C.: OPAS, 2014. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/4627/CE154-16-p.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 24 de abr. 2024.

PASQUALI, L. Princípios de elaboração de escalas psicológicas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 206-13, 1998. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-228044>. Acesso em 24 de maio de 2024.

PASQUALI, L. Psicometria. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.43, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000500002>. Acesso em 24 de maio de 2024.

PURVA,S.; SINGH, Y. S.; KAVITHA, M. A review of the Nutritional Quality of School Canteen Foods in South Asia. *Indian Journals of Public Health Research & Development*, v. 10, issue 7, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5958/0976-5506.2019.01825.4>. Acesso em agosto de 2024.

RACHMADEWI, A.; SOEKARJO, D.; RAH, J. H.; School Canteens in selected areas in indonesia: a situation analysis. *Food and Nutrition Bulletin*, v. 42, issue 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/03795721211008021>. Acesso em agosto de 2024.

REED, S. F.; VIOLA, J. J.; LYNCH, K. School and community-based childhood obesity: Implications for policy and practice. **Journal of Prevention & Intervention in the Community**, v. 42, n. 2, p. 87-94, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/10852352.2014.881172>.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em 10 de jul. 2024.

SANTOS, M.F.; FAGUNDES, A.A.; GABRIEL, C.G. Caracterização das cantinas comerciais de escolas estaduais no município de Aracaju, Sergipe. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n.3, p. 580 - 594, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2017.V41.N3.A2452>.

SOUZA, A. C. C. DE.; MOREIRA, T. M. M.; BORGES, J. W. P. Desenvolvimento de instrumento para validar aparência de tecnologia educacional em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, suppl. 6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0559>. Acesso em 15 de jul. 2024.

SWINBURN, B.; SACKS, G.; VANDEVIJVERE, S.; KUMANYIKA, S.; LOBSTEIN, T.; NEAL, B. *et al.* INFORMAS (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): overview and key principles: INFORMAS overview. **Obesity Reviews**, v. 14, suppl. 1, p. 1–12, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/obr.12087>.

TEIXEIRA, E. Interfaces participativas na pesquisa metodológica para as investigações em enfermagem. **Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 9, e1, p. 1-3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769236334>. Acesso em 15 de jul. 2024.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203 - 220, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.

WORLD CANCER RESEARCH FUND. American Institute for Cancer Research. **Diet, Nutrition, Physical Activity and Cancer: a Global Perspective**, 2018. Disponível em: <https://www.wcrf.org/diet-activity-and-cancer/>. Acesso em 11 de mai. de 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Report of the Commission on Ending Childhood Obesity**. Geneva: WHO, 2016, 68p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241510066>. Acesso em: 01 de mai. 2024.

WORLD OBESITY FEDERATION (WFO). Atlas Mundial da Obesidade 2024. Londres: Federação Mundial de Obesidade, 2024, 237 p. Tradução: Instituto Cordial. Disponível em <https://lp2.institutocordial.com.br/pbo-196-atlas-24>. Acesso em 02 de jul. de 2024

5. 2 Relatório técnico para CGAN/MS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO - PPGCNUT**

RELATÓRIO TÉCNICO

Destinatário:	Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Saúde (CGAN/MS)
Objeto:	Recomendação advindas do processo de validação de conteúdo da versão atualizada do “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo alimentação saudável”

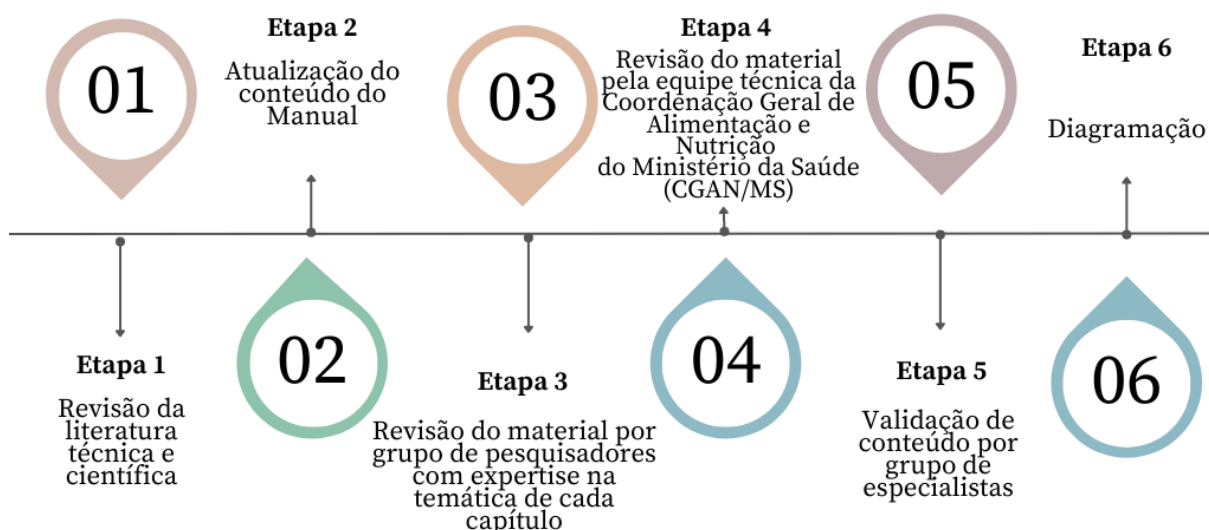
1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório técnico compõe os resultados da pesquisa “**Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: revisão e validação de conteúdo**”, inserida na linha de pesquisa “Saúde e Nutrição de Grupos Populacionais” do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição (PPGCNUT), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e um dos produtos da dissertação apresentada ao Programa como pré-requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Nutrição. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito de dois projetos financiados e desenvolvidos em parceria com outras universidades públicas brasileiras, a saber: (1) “Promoção da alimentação saudável em ambientes alimentares escolares”, fruto de Carta Acordo com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e Ministério da Saúde, desenvolvido com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2. JUSTIFICATIVA

A pesquisa supracitada foi realizada em seis etapas metodológicas¹, conforme Figura 1 a seguir.

Figura 1: Etapas para a execução da pesquisa “Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: revisão e validação de conteúdo”. Brasil, 2024.



Fonte: Autoria própria

Na etapa 5, que corresponde ao processo de validação de conteúdo da versão atualizada do material, participaram dois painéis de juízes especialistas: (a) um composto por nutricionistas, para avaliação de itens relacionados aos domínios Objetivos e Relevância e (b) outro composto por nutricionistas e profissionais de Marketing, Letras e Jornalismo, para avaliação dos aspectos relacionados ao domínio Linguagem. Posto isso, considerando que a etapa de diagramação ocorreu quase que concomitantemente ao processo de validação de conteúdo e que durante essa etapa emergiram recomendações que não puderam ser contempladas no documento, sobretudo em relação à estrutura e ao conteúdo, o presente documento tem o objetivo de disponibilizar os resultados para ciência da equipe técnica da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN/MS). As recomendações estão descritas no Quadro 1.

¹ Neste relatório técnico foram consideradas as seis etapas do projeto completo “Promoção da alimentação saudável em ambientes alimentares escolares”.

3. RECOMENDAÇÕES

Quadro 1: Recomendações para aprimoramento advindas do processo de validação de conteúdo da versão atualizada do “manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares”, que não puderam ser incorporadas ao material. São Cristóvão, 2024.

Juízes especialistas na área de Nutrição	
Recomendação	Discurso extraído do banco de dados
Alterar a estrutura e a ordem dos capítulos.	<i>“O capítulo 6, que na minha visão entra no objetivo primordial do Manual, só inicia a partir daí. Acredito que a parte conceitual poderia ser revista a fim de tornar o Manual mais objetivo e menor.” (JN2)</i>
Apoiar/incentivar a implementação das cantinas com ampla mobilização e sensibilização de todos os atores da comunidade escolar.	<i>“[...] nem sempre, a depender da circunstância em que foi apresentado a esse manual, [o público] estará totalmente disposto a realizar todas as mudanças necessárias e que podem impactar, conforme abordado no manual, nas vendas e no lucro. Infelizmente precisamos considerar essa realidade e pensar em um material que incentive, no nosso olhar, a alimentação adequada e saudável faz muito sentido, mas sabemos que a implementação das mudanças pode demorar para surtir os efeitos principalmente se não for um trabalho em sintonia entre toda a comunidade escolar.” (JN3)</i> <i>“O material incentiva a realização de mudanças nas cantinas, no entanto, se eu fosse leiga e dona de cantina ficaria um pouco apreensiva pois são muitas coisas a serem consideradas, especialmente no que se refere às questões higiênico-sanitárias e à adaptação das receitas.” (JN10)</i>
Simplificar o texto e a reduzir a densidade de informações.	<i>“Há trechos que retomam informações já abordadas previamente, uma revisão nesses trechos poderá deixar o manual mais prático e objetivo, uma vez que se</i>

	<i>destina a um público que não necessariamente realizará a leitura de forma integral e detalhada.” (JN3)</i>
Alterar o conteúdo da introdução, abordando as demais faces da má nutrição: carências nutricionais e insegurança alimentar.	<i>“Este material é abrangente, entretanto na introdução somente a obesidade foi abordada, o que é legítimo pois é nosso maior problema em saúde pública. Entretanto, a gente ainda observa a desnutrição persistente e as carências nutricionais também. Deste modo, sugiro adicionar ao menos 1 parágrafo na introdução abordando as faces da má nutrição.” (JN6)</i>
Incluir conteúdo que desencoraje o uso da Pirâmide Alimentar como ferramenta de promoção da alimentação adequada e saudável.	<i>“Nas ações de EAN, sugiro aproveitar a oportunidade para desencorajar o uso da Pirâmide Alimentar, tão presente ainda no âmbito escolar.” (JN6)</i>
Mitigar a linguagem tecnicista utilizada sobretudo nos capítulos iniciais.	<i>“Se o grupo alvo do manual for os donos das cantinas a linguagem está com muitas referências o que pode dificultar a leitura.” (JN7)</i> <i>“Achei o material muito completo e robusto, porém em alguns momentos com linguagem ainda acadêmica [o que] pode dificultar o processo de ensino aprendizagem.” (JN8)</i> <i>“No geral a linguagem está adequada, mas em algumas partes específicas achei bastante técnico.” (JN10)</i>
Incluir conteúdo técnico sobre Posicionamento Técnico e Orientações Gerais sobre o Comércio de Alimentos dentro das Escolas da Rede Pública de Educação Básica contempladas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.	<i>“Acrescentar informações sobre: Posicionamento Técnico e Orientações Gerais sobre o Comércio de Alimentos dentro das Escolas da Rede Pública de Educação Básica contempladas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.” (JN7)</i>
Inclusão de Sumário de conceitos no início do documento.	<i>“A ideia de um sumário de conceito no início de cada capítulo pode facilitar a compreensão de alguns termos e ajudar no processo de ensino aprendizagem.” (JN8)</i>

Incrementar as justificativas, enfatizando a relevância das cantinas para toda a comunidade escolar.	<i>“Muito se falou dos benefícios para os alunos, mas penso ser importante destacar os benefícios para os professores e demais trabalhadores. Isso pode trazer mais adesão das cantinas saudáveis para a escola.” (JN6)</i>
--	---

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A validação de conteúdo realizada com um grupo heterogêneo e multidisciplinar permitiu a elaboração de um material prático direcionado ao público de interesse e que pode favorecer a mudança de atitude e a adesão às cantinas saudáveis no âmbito escolar. Todas as etapas foram coordenadas pelas universidades integrantes da Carta Acordo, o processo se deu de maneira participativa, integrada, com cuidadosa seleção de juízes com diversidade de representação, competências e habilidades técnicas capazes de colaborar com a construção de um material adequado.

O seguimento do rigor metodológico, durante todas as etapas do estudo, conferiu valor e confiabilidade científica à pesquisa, direcionando a produção de um material relevante, adequado ao processo de ensino-aprendizagem, abrangente, com conteúdo correto, com ferramentas suficientes para apoiar gestores e donos de cantinas na implementação de cantinas escolares saudáveis e com linguagem adequada a toda a comunidade escolar.

A nova edição do manual de cantinas escolares saudáveis foi atualizada e validada com excelência e contribuirá como uma potente ferramenta de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas, em consonância com o que preconiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, e de acordo com as diretrizes e recomendações atuais dos guias alimentares para a população brasileira. Além disso, é um documento que reafirma o compromisso do Brasil com a alimentação adequada e saudável tanto em escolas públicas quanto privadas, haja vista seu reconhecido papel como referência internacional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No que tange à limitação deste estudo, em relação à não inclusão dos representantes do público ao qual se destina esse material (cantineiros/cantineiras), é importante salientar as divergências entre o tempo da Academia e da Gestão. Não fosse esse entrave, o processo de validação poderia ter sido concluído, garantindo as interfaces preconizadas pela pesquisa-ação participativa no âmbito da saúde. Apesar desta limitação, espera-se que o desenvolvimento desta pesquisa e seus resultados sejam publicizados e contribuam

efetivamente com a construção de ambientes alimentares escolares saudáveis, com vistas ao fortalecimento da promoção à saúde, por meio das práticas alimentares.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, N. M. C.; COLUCI, M. Z. O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3061-3068, 2011.
- ALVES, S. A. A.; ABREU, L. C.; CUNHA, N. C. P.; JÚNIOR, A. D. A.; ABREU, C. I. P. O.; MEIRELLES, A. C. A. *et al.* Descrição do método científico de elaboração e validação de tecnologias educativas no formato digital: um estudo metodológico. **Journal of Human Growth and Development**, v. 33, n. 2, p. 299-309, 2023. DOI: 10.36311/jhgd.v33.14615
- ASSIS, M. M. **Ambiente escolar, regulamentação das cantinas e obesidade: um recorte do estudo de riscos cardiovasculares em adolescentes.** 2021. 196f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- AURORA, C.; SINHA, B.; MALHOTRA, A.; RANJAN, P. Development and validation of health education tools and evaluation questionnaires for improving patient care in lifestyle related diseases. **Journal of Clinical and Diagnostic Research**, v. 11, n. 5, p. 6-9, 2017. DOI: 10.7860/JCDR/2017/28197.9946.
- BALESTRIN, M.; BRASIL, C. C. B.; KIRSTEN, V. R.; WAGNER, M. B. Cantinas escolares saudáveis no Rio Grande do Sul, Brasil: diagnóstico e adequação à legislação. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v.17, e63179, 2022. DOI: 10.12957/demetra.2022.63179. Acesso em 21 de jul. 2024.
- BLOCH, K. V.; SZKLO, M.; KUSCHUNIR, M. C. C.; ABREU, G. A.; BARUFALDI, L. A.; KLEIN, C. H. *et al.* The Study of Cardiovascular Risk in Adolescents - ERICA: rationale, design and sample characteristics of a national survey examining cardiovascular risk factor profile in Brazilian adolescents. **BMC Public Health**, v.15, n.1, p. 1-10, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1186%2Fs12889-015-1442-x>.
- BLOCH, K. V.; CARDOSO, M. A.; SICHIERI, R. Estudo de Fatores de Risco Cardiovascular em Adolescentes (Erica): resultados e potencialidades. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, suplemento 1, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S01518-8787.201605000SUPL1AP>. Acesso em 05 de jul. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1.010 de 08 de maio de 2006.** Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html. Acesso em: 10 de abr. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 09 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 05 de julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Experiências estaduais e municipais de regulamentação da comercialização de alimentos em escolas no Brasil: identificação e sistematização do processo de construção e dispositivos legais adotados**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 72p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_operacional_profissionais_saude_educacao.pdf. Acesso em: 25 de abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010, 59p. Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/manual_cantinas.pdf. Acesso em 05 de abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013, 84p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em 02 de jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 11.821 de 12 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção à alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11821.htm. Acesso em: 12 de julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015, 156p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 10 de mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 118 p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf. Acesso em 02 de julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Proteja: Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 39p. Disponível em:

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/orienta_proteja.pdf. Acesso em: 15 de abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Técnica de Alimentação e Nutrição (COTAN). **Nota técnica nº 02/2012 - COTAN/CGPAE/DIRAE/FNDE. Regulamentação das cantinas escolares em escolas públicas do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2012, 6p. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=8691:nota-tecnica-n-02-2012-regulamentacao-de-cantinas-escolares-e-m-escolas-publicas-do-brasil>. Acesso em 09 de outubro de 2024.

CARMO, A. S.; ASSIS, M. M.; CUNHA, C. F.; OLIVEIRA, T. R. P. R.; MENDES, L. L. The food environment of Brazilian public and private schools. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 12, e00014918, 2018. DOI: 10.1590/0102-311X 00014918. Acesso em 02 de julho de 2024.

CARVALHO, C. A.; FONSÊCA, P. C. A.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C.; NOVAES, J. F. Consumo alimentar e adequação nutricional em crianças brasileiras: revisão sistemática. **Revista Paulista de Pediatria**, v.33, n.2, p. 211-221, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rpped.2015.03.002>.

CASSEP-BORGES, V.; BALBINOTTI, M. A.; TEODORO, M. L. Tradução e validação de conteúdo: uma proposta para adaptação de instrumentos. In PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap.24, p. 506-520.

CASTRO, I. R. R.; CANELLA, D. S. Organizational Food Environments: advancing their conceptual model. **Foods**, v. 11, n. 7, DOI: <https://doi.org/10.3390%2Ffoods11070993>. Acesso em 22 de jul. 2024.

COCKERHAM, W. C.; HAMBY, B. W.; OATES, G. R. The Social Determinants of Chronic Disease. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 52, n.1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2016.09.010>.

CRESTANI, A. H.; MORAES, A. B. DE.; SOUZA, A. P. R. DE. Validação de conteúdo: clareza/pertinência, fidedignidade e consistência interna de sinais enunciativos de aquisição da linguagem. **Communication Disorders, Audiology and Swallowing**, v. 29, n. 4, p. 1-6, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/201720160180>.

CRUZ, F. O.; FERREIRA, E. B.; VASQUES, C. I.; MATA, L. R.; REIS, P. E. Validação de manual educativo para pacientes com câncer de cabeça e pescoço submetido à radioterapia. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 24, e2706, p. 1-9, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.0949.2706>

DOAK, C.; DOAK, L.; ROOT, J. **Teaching patients with low literacy skills**. 2. ed. Philadelphia: JB Lippincott, 1996. 212 p. Disponível em <https://www.hsph.harvard.edu/healthliteracy/resources/teaching-patients-with-low-literacy-skills/>. Acesso em 20 de junho de 2024.

ECHER, I. C. Elaboration of guidance manuals for health care. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 13, n. 5, p. 754-757, 2005.

FIORESI, C. A.; SILVA, H. C. da. Ciência popular, divulgação científica e Educação em Ciências: elementos da circulação e textualização de conhecimentos científicos. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 28, e22049, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320220049>. Acesso 02 de jul. de 2024.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 5853, de 04 de junho de 2001. Dispõe sobre os critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas, nas unidades educacionais, localizadas no município de Florianópolis. Disponível em https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_12_2016_13.38.44.f83bb19df0e5cc70995b2bc1bdc60dc1.pdf. Acesso em 05 de jan. de 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **School Food and Nutrition Framework**. Roma: 2019a; 36p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca4091en/ca4091en.pdf>. Acesso em 01 de mai. 2024.

FONTENELE, N. A.; XIMENES, M. A.; BRANDÃO, M. G.; FERNANDES, C. S.; NETO, N. M.; CARVALHO, R. F. *et al.* Construção e validação de álbum seriado para a prevenção de lesão por pressão: estudo metodológico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 3, p. 1-8, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1060>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). The State of Food Security and Nutrition in the World 2019, **FAO**, Roma, 2019b, 35p. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em 10 de mai. 2024.

GABRIEL, C. G.; RICARDO, G. D.; OSTERMANN, R. M.; CORSO, C. T.; ASSIS, M. A. A. DE.; DI PIETRO, P. F.; VASCONCELOS, F. A. G. Regulamentação da comercialização de alimentos no ambiente escolar: análise dos dispositivos legais brasileiros que buscam a alimentação saudável. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v. 71, n. 1, p. 11-20, 2012.

GÁLVEZ ESPINOSA, P.; EGAÑA, D.; DOMINIQUE, M.; CERDA, R. Propuesta de un modelo conceptual para el estudio de los ambientes alimentarios en Chile. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 41, e169, 2017. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2017.169>. Acesso em 20 de jul. 2024.

GIACOMELLI, S. C.; LONDERO, A. M.; BENEDETTI, F. J.; SACCOL, A. L. F. Comércio informal e formal de alimentos no âmbito escolar em um município da região central do Rio Grande do Sul. **Brazilian Journal of Food Technology**, Campinas, v. 20, e2016136, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-6723.13616>.

GLANZ, K.; SALLIS, J. F.; SAELENS, B. E.; FRANK, L. D. Healthy nutrition environments: concepts and measures. **American Journal of Health Promotion**, v.19, n.5, p. 330 – 333, 2005. DOI: <https://doi.org/10.4278/0890-1171-19.5.330>.

GUEDES, D. P.; MELLO, E. R. B. Prevalence of overweight and obesity among Brazilian children and adolescents: systematic review and meta-analysis. **ABCS Health Sciences**, v.46, e021301, 2021. DOI: <https://doi.org/10.7322/abcs.hs.2019133.1398>.

HERNÁNDEZ-NIETO, R. A. **Contributions to statistical analysis**. Mérida: Universidade de Los Angeles, 2002.

HENRIQUES, P.; ALVARENGA, C. R. T.; FERREIRA, D. M.; DIAS, P. C.; SOARES, D. S. B.; BARBOSA, R. M. S.; BURLANDY, L. Ambiente Alimentar do entorno de escolas públicas e privadas: oportunidade ou desafio para uma alimentação saudável. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.26, n.8, p. 3135 - 3145, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.04672020>.

HORESH, A.; TSUR, A. M.; BARDUGO, A.; TWIG, G. Adolescent and childhood obesity and excess morbidity and mortality in young adulthood: a systematic review. **Current Obesity Reports**, v.10, p. 301-310, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13679-021-00439-9>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em 02 de jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021;162p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101852>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

INSTITUTO DE DEFESA DE CONSUMIDORES - IDEC. **Projeto de lei Ambiente escolar saudável**. Dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar por meio da educação alimentar escolar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada da educação básica no estado/município x. 2022. Disponível em <https://idec.org.br/projeto-de-lei-para-escolas#baixe>. Acesso em 22 de jul. 2024.

INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDORES - IDEC. **Alimentação Saudável nas Escolas: Guia para gestores**, 2020a. Disponível em: <https://idec.org.br/ferramenta/ambiente-alimentar-das-escolas-guia-para-gestores>. Acesso em 06 de julho de 2024.

INSTITUTO DE DEFESA DE CONSUMIDORES - IDEC. **Alimentação Saudável nas Escolas: Guia para municípios**, 2ª edição, 2020b. Disponível em: <https://idec.org.br/ferramenta/alimentacao-saudavel-nas-escolas>. Acesso em 06 de julho de 2024.

JEBEILE, H.; KELLY, A. O'MALLEY, G.; BAUR, L. A. Obesity in children and adolescents: epidemiology, causes, assessment, and management. **The Lancet. Diabetes & Endocrinology**, v.10, n.5, p.351-365, 2022. DOI: [https://doi.org/10.1016/s2213-8587\(22\)00047-x](https://doi.org/10.1016/s2213-8587(22)00047-x).

KIMBERLIN, C. L.; WINTERSTEIN, A. G. Validity and reliability of measurement instruments used in research. **American Journal of Health-system Pharmacy**, v. 65, n.23, p.2276-2284, 2008. DOI: 10.2146/ajhp070364. PMID: 19020196.

KURIHAYASHI, A.Y.; PALOMBO, C. N. T.; DUARTE, L. S.; FUJIMORI, E. Food commercialization in schools: analysis of the regulatory process in Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 35, e210094, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202235e210094>.

LEITE, S. S.; ÁFIO, A. C. E.; CARVALHO, L. V. DE.; SILVA, J. M. DA.; ALMEIDA, P. C. DE.; PAGLIUCA, L. M. F. Construção e validação de instrumento de validação de conteúdo educativo em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, suppl. 4, p. 1732-1738, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0648>.

LIMA, A. C.; BEZERRA, K. C.; SOUSA, D. M.; ROCHA, J. F.; ORIÁ, M. O. Construção e validação de cartilha para prevenção da transmissão vertical do HIV. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, n. 2, p. 181-189, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201700028>.

LOUZADA, M. L. C.; COSTA, C. S.; SOUZA, T. N.; CRUZ, G. L. DA.; LEVY, R. B.; MONTEIRO, C. A. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, suppl 1, e00323020, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00323020>. Acesso em 03 de julho de 2024.

LWANGA, S. K.; LEMESHOW, S. Sample size determination in health studies: a practical manual. **World Health Organization**, 1991. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/40062>. Acesso em 28 de ago. 2024.

MEDEIROS, R. K. S.; FERREIRA, J. M. A.; PINTO, D. P. S. R.; VITOR, A. F.; SANTOS, V. E. P.; BARICHELLO, E. Modelo de Validação de Conteúdo de Pasquali nas pesquisas de enfermagem. **Revista de Enfermagem de Referência**, v. 4, p. 127-135, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14009>.

MELO, R. P.; MOREIRA, R. P.; FONTENELE, F. C.; AGUIAR, A. S. C. DE.; JOVENTINO, E. S.; CARVALHO, E. C. Critérios de seleção de experts para estudos de validação de fenômenos de enfermagem. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 12, n. 2, p. 424-431, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4254/3285>. Acesso em 09 de out. 2024.

MOURA, I. H.; SILVA, A. F. R. da.; ROCHA, A. E. S. H.; LIMA, L. H. O.; MOREIRA, T. M. M.; SILVA, A. R. V. da. Construção e Validação de materiais educativos para prevenção da síndrome metabólica em adolescentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 25, e 2934, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2024.2934>.

NOLL, P.R.S.; NOLL, M.; ABREU, L. C.; BARACAT, E. C.; SILVEIRA, E. A.; SORPRESO, I. C. E. Ultra-processed food consumption by Brazilian adolescents in cafeterias and school meals. **Scientific Reports**, [S.I.], v. 9, n. 7162, p. 1-8, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-019-43611-x>.

O'HALLORAN, S.; EKSTEEN, G.; GEBREMARIAM, M.; ALSTON, L. Measurement methods used to assess the school food environment: A systematic review. **International Journal of Environmental Research and Research and Public Health**, v.17, n.5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph17051623>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. **Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes**. Washington, D.C.: OPAS, 2014.

Disponível em:

<https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/4627/CE154-16-p.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 24 de abr. 2024.

PASQUALI, L. Princípios de elaboração de escalas psicológicas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 206-13, 1998. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-228044>. Acesso em 24 de maio de 2024.

PASQUALI, L. Psicometria. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.43, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000500002>. Acesso em 24 de maio de 2024.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. O índice de validade de conteúdo: você tem certeza de que sabe o que está sendo relatado? Críticas e recomendações, **Research in Nursing e Health**, v. 29, n. 5, p. 489-497, 2006.

POULAIN, J. P. **Sociologia da obesidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

REED, S. F.; VIOLA, J. J.; LYNCH, K. School and community-based childhood obesity: Implications for policy and practice. **Journal of Prevention & Intervention in the Community**, v. 42, n. 2, p. 87-94, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/10852352.2014.881172>.

ROCHA, L. L.; CORDEIRO, N. G.; JARDIM, M. Z.; KURIHAYASHI, A. Y.; GENTIL, P. C.; RUSSO, G. C.; MENDES, L. L. Do Brazilian regulatory measures promote sustainable and healthy eating in the school food environment? **BMC Public Health**, v. 23, n. 2166, p. 1-9, 2023. DOI <https://doi.org/10.1186/s12889-023-17111-7>.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em 10 de jul. 2024.

SANTOS, S. DOS.; MACHADO, A. P. A.; SAMPAIO, L. A.; ABREU, L. C. DE.; BEZERRA, I. M. P. Sífilis adquirida: construção e validação de tecnologia educativa para adolescentes. **Journal of Human Growth and Development**, v. 29, n. 1, p. 65-74, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.157752>.

SANTA CATARINA. Lei nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001. Dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais localizadas no estado de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2001/12061_2001_Lei.html. Acesso em: 05 de maio de 2024.

SANTA CATARINA. Instrução Normativa nº 2397 de 20 de setembro de 2022. Dispõe sobre a comercialização, distribuição, consumo e oferta de alimentos, preparações culinárias e bebidas nas Unidades Escolares de Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Disponível em <https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Instrucao-Normativa-2397-2022.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2024.

SANTOS, G. B.; SILVA, C. A. F. Obesidade infantil e seus impactos psicológicos e sociais. **Intercontinental on Physical Education**, v. 2, n.3, 2020.

SANTOS, M.F.; FAGUNDES, A.A.; GABRIEL, C.G. Caracterização das cantinas comerciais de escolas estaduais no município de Aracaju, Sergipe. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n.3, p. 580 - 594, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2017.V41.N3.A2452>.

SÃO PAULO. Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo. **Portaria Conjunta COGSP/CEI/DSE, de 23 de março de 2005**. Normas para funcionamento de cantinas escolares. São Paulo: Diário Oficial do Estado, 2005. Disponível em: www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/953.pdf. Acesso em: 16 de abr. 2024.

SCARPARO, A. F.; LAUS, A. M.; AZEVEDO, A. L.; FREITAS, M. R.; GABRIEL, C. S.; CHAVES, L. D. Reflexões sobre o uso da técnica Delphi em pesquisas de enfermagem. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 13, n. 1, p. 242 – 251, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/3803/3000>. Acesso em 09 de out. 2024.

SEIXAS, C. M.; CASEMIRO, J. P.; COUTINHO, C. O.; CONDE, T. N.; BRANDÃO, A. L. Fábrica de nutrição neoliberal: elementos para uma discussão sobre as novas abordagens comportamentais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 4, e300411, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300411>. Acesso em 05 de jul. 2024.

SILVA, A. C. F. DA; RECINE, E.; JOHNS, P.; GOMES, F. S.; FERRAZ, M. A.; FAERSTEIN, E. History and challenges of Brazilian social movements for the achievement of the right to adequate food. **Global Public Health (Online)**, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/17441692.2018.1439516>. Acesso em 05 de julho de 2024.

SILVA, A. F. R. DA.; SILVA, J. E. N. DA.; ROCHA, L. G. A.; SANTOS, A. C. C. P. Impacto e consequências do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde infantil. **Research, Society and Development**, v.11, n. 15, e123111536883, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.36883>. Acesso em 02 de julho de 2024.

SOUZA, A. C. C. DE.; MOREIRA, T. M. M.; BORGES, J. W. P. Desenvolvimento de instrumento para validar aparência de tecnologia educacional em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, suppl. 6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0559>. Acesso em 15 de jul. 2024.

STALLINGS, V. A.; YAKTINE, A. L. Nutrition Standards for Foods in Schools: Leading the Way Toward Healthier Youth. **National Academies Press**, 2007. DOI: <https://doi.org/10.17226/11899>. Acesso em 02 de jul. 2024.

STORY, M.; KAPHINGST, K. M.; ROBINSON-O'BRIEN, R.; GLANZ, K. Creating healthy food and eating environments: policy and environmental approaches. **Annual Review of Public Health**, v.29, p.253-272, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.29.020907.090926>.

SWINBURN, B.; SACKS, G.; VANDEVIJVERE, S.; KUMANYIKA, S.; LOBSTEIN, T.; NEAL, B. *et al.* INFORMAS (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): overview and key principles: INFORMAS overview. **Obesity Reviews**, v. 14, suppl. 1, p. 1–12, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/obr.12087>.

SWINBURN, B.; KRAAK, V. I.; ALLENDER, S.; ATKINS, V. J.; BAKER, P. I.; BOGOARD, J. R. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: *The Lancet* Commission report. **The Lancet**, v. 393, issue 10173, p. 791-846, 2019. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8). Acesso em 21 de jul. 2024.

TEIXEIRA, E. Interfaces participativas na pesquisa metodológica para as investigações em enfermagem. **Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 9, e1, p. 1-3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769236334>. Acesso em 15 de jul. 2024.

TELES, L. M. R.; OLIVEIRA, A. O. De.; CAMPOS, F. C.; LIMA, T. M.; COSTA, C. C. Da.; GOMES, L. F. S. *et al.* Construção e validação de manual educativo para acompanhantes durante o trabalho de parto e parto. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 6, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000700003>.

VIEIRA, T. W.; SAKAMOTO, V. T. M.; MORAES, L. C. DE.; BLATT, C. R.; CAREGNATO, R. C. A. Métodos de validação de protocolos assistenciais de enfermagem: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, suppl. 5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0050>.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203 - 220, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.

WILLHELM, F. F.; RUIZ, E.; OLIVEIRA, A. B. Cantina escolar: qualidade nutricional e adequação à legislação vigente. **Revista HCPA**, [Porto Alegre], v. 30, n. 3, p. 266-270. 2010

WORLD CANCER RESEARCH FUND. American Institute for Cancer Research. **Diet, Nutrition, Physical Activity and Cancer: a Global Perspective**, 2018. Disponível em: <https://www.wcrf.org/diet-activity-and-cancer/>. Acesso em 11 de mai. de 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global status report on noncommunicable diseases 2014**. Geneva: WHO, 2014. 278p. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/148114/9789241564854_eng.pdf. Acesso em: 16 de abr. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Report of the Commission on Ending Childhood Obesity**. Geneva: WHO, 2016, 68p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241510066>. Acesso em: 01 de mai. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **United Nations Decade of Action on Nutrition 2016-2025**. Geneva: WHO, 2018, 4p. Disponível em https://cdn.who.int/media/docs/default-source/nutritionlibrary/decade-of-action-on-nutrition/nutrition-decade-introduction-flyer.pdf?sfvrsn=5c68fb12_11&download=true. Acesso em 21 de jul. de 2024.

WORLD OBESITY FEDERATION (WFO). **Atlas Mundial da Obesidade 2024**. Londres: Federação Mundial de Obesidade, 2024, 237 p. Tradução: Instituto Cordial. Disponível em <https://lp2.institutocordial.com.br/pbo-196-atlas-24>. Acesso em 02 de jul. de 2024

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado na pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, para os devidos fins, que fui convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa “**Atualização e Validação do Manual de Cantinas Escolares Saudáveis**”, fruto da cooperação técnica firmada entre a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Saúde (CGAN/MS) e as seguintes instituições: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em Sergipe a pesquisa está sendo coordenada pela Profa Dra Andhressa Fagundes, do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, onde está localizada esta pesquisa.

Estou ciente de que a minha participação na pesquisa será voluntária e, se eu concordar, avaliarei a versão atualizada no Manual de Cantinas Escolares Saudáveis e responderei a um questionário com duração média de 40 minutos.

Declaro ainda que recebi das pesquisadoras os seguintes esclarecimentos, de acordo com Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, para pesquisas com seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde:

Objetivo dessa etapa da pesquisa: validar a versão atualizada do Manual de Cantinas Escolares Saudáveis.

Riscos: Como toda pesquisa com seres humanos acarreta riscos em gradações diferentes, há o risco de desconforto e/ou constrangimento em fornecer minhas opiniões. Para participar da pesquisa dedicarei tempo para avaliar o material e para responder ao questionário. Estou ciente que posso responder apenas às questões que eu desejar, sem prejuízo. Se ocorrer algum dano decorrente da minha participação nesse estudo, eu seria indenizada e terei assistência integral e gratuita durante toda a pesquisa, conforme determina a Lei.

Benefícios: A minha participação contribuirá com a publicação de um material com linguagem acessível, de aplicação prática e que favoreça a construção e implementação de cantinas escolares saudáveis em escolas públicas e privadas.

Sigilo e privacidade: Estou ciente de que a minha privacidade será respeitada e que meu nome ou qualquer outra informação que possa me identificar serão mantidos em sigilo. As pesquisadoras informaram que se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados e que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados exclusivamente para esta pesquisa, sem divulgação da minha identidade.

Autonomia: Estou ciente que a minha decisão de participar da pesquisa é livre e pessoal e que posso me recusar a participar do estudo ou retirar o meu consentimento a qualquer tempo, sem justificativa prévia e sem sofrer qualquer penalidade.

Remuneração: Estou ciente de que não terei que pagar e não receberei qualquer remuneração por minha participação na pesquisa.

Informações adicionais: Para comunicar desistência e/ou pedir esclarecimentos da pesquisa, por favor, entre em contato com a coordenadora da pesquisa, Profa Dra Andhressa Fagundes (andhressa@academico.ufs.br ou (79)99171-6554, ou com a mestrandia Vanessa Meneses

Costa (e-mail: vanessameneses.nutri@gmail.com ou (79)99637-8738. Para obter mais informações, você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos. Endereço: Prédio do ambulatório do Campus da Saúde Prof. João Cardoso Nascimento Júnior. Rua Cláudio Batista S/N, Bairro Sanatório. Fone: (79)3194-7208 ou através do e-mail: cep@academico.ufs.br.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Andhressa Fagundes

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição - PPGCNUT/ UFS

Vanessa Meneses Costa

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição - PPGCNUT/UFS

APÊNDICE B - Marco Lógico da pesquisa “Manual das Cantinas Escolares Saudáveis: revisão e validação de conteúdo”, São Cristóvão, 2024.

OBJETIVOS	RESUMO DESCRITIVO DE OBJETIVOS	INDICADORES MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSIÇÕES DE RISCO	ATIVIDADES	PERGUNTA NORTEADORA
OBJETIVO SUPERIOR	Contribuir com a implementação de cantinas escolares saudáveis, a fim de que o ambiente alimentar seja promotor da alimentação adequada e saudável no âmbito escolar.	Descrição da metodologia, dos principais resultados e conclusões da Pesquisa.	Divulgação inadequada ou insuficiente sobre cantinas escolares saudáveis; Não utilização das análises, conclusões e recomendações da Pesquisa.	Desenvolvimento das atividades dos objetivos geral e específicos.	As orientações técnicas contidas no Manual das Cantinas Escolares Saudáveis contribuem com a promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito escolar?
OBJETIVO GERAL	Validar o conteúdo do manual “Cantina Escolar Saudável: promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares” ¹ .	Descrição da metodologia, dos principais resultados e conclusões da Pesquisa.	Não contemplar os principais tópicos e conteúdos pertinentes à temática e necessários para orientar adequadamente o(a)s proprietário(a)s de cantinas escolares; Não obtenção de consenso entre os juízes especialistas e integrantes do público de interesse que avaliarão a versão final do material.	Levantamento bibliográfico nas principais bases de dados, repositórios institucionais nacionais e consulta a materiais técnicos e normativos que abordam o tema da alimentação escolar. Realização do processo de validação de conteúdo da versão atualizada do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis, do Ministério da Saúde.	Quais os conteúdos pertinentes à temática das cantinas escolares saudáveis devem estar presentes na versão atualizada do Manual de Cantinas Saudáveis?
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Realizar revisão técnico-científica da literatura acerca de cantinas escolares saudáveis no contexto do ambiente alimentar escolar.	Número de referências com boa qualidade científica; Alcance de referências com adequado nível de evidência científica; Número de materiais técnicos atualizados de acordo com as novas diretrizes de alimentação e nutrição do Brasil.	Não esgotamento da literatura técnico-científica; Baixo alcance de referências internacionais; Ampla dinamicidade na publicação científica.	(1) Revisão exaustiva da literatura técnico-científica nas principais bases de dados e repositórios institucionais do Ministério da Saúde e Ministério da Educação. (2) Construção de banco de materiais técnicos e científicos suficientes para a atualização.	Quais os materiais disponíveis na literatura técnico-científica que justifiquem a atualização do Manual de Cantinas Escolares e que sejam baseados na classificação NOVA dos alimentos?
	Atualizar o conteúdo da primeira edição do “Manual de Cantinas	Número de atualizações realizadas no material; Número e qualidade das referências utilizadas para a	Divulgação de orientações inadequadas ou insuficientes para o(a)s proprietário(a)s de cantinas escolares;	(1) Reuniões de equipe regulares para planejamento e acompanhamento das atividades realizadas para a atualização do material;	A atualização do conteúdo do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis foi suficiente?

	Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável". '.	atualização do conteúdo do material; Número e qualidade dos materiais técnicos e normativos que abordam o tema da alimentação escolar consultados para a atualização do conteúdo; Manual das Cantinas Escolares Saudáveis atualizado.	Incapacidade de acompanhar a dinamicidade da ciência e a produção acadêmica acerca do tema de interesse.	(2) Elaboração de textos claros, práticos e de fácil compreensão, considerando o público de interesse do Manual; (3) Organização do conteúdo em capítulos; (4) Envio do material atualizado para a revisão de conteúdo por pesquisadores/as envolvido(a)s com a temática de cada capítulo; (5) Envio do material revisado para apreciação pela Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde; (6) Realização das adequações e ajustes pertinentes e necessários; (7) Envio do material para a diagramação, por profissional especializado.	
	Realizar o processo de validação de conteúdo da segunda edição do "Manual de Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a alimentação saudável"	Critérios de inclusão bem definidos para a composição dos painéis de juízes/especialistas, profissionais de comunicação/linguagens; Convite aos participantes da pesquisa realizado; Realização de ao menos uma rodada de avaliação de conteúdo e de aparência do material por parte dos juízes/membros do público de interesse; Obtenção de Coeficiente de Validade de Conteúdo maior ou igual a 0,08 entre os avaliadores de cada painel, no que tange aos quesitos avaliados em relação ao conteúdo do material.	Baixa taxa de resposta dos participantes em cada painel de juízes/membros do público de interesse; Não obtenção de Coeficiente de Validade de Conteúdo maior ou igual a 0,08 entre os avaliadores.	(1) Elaboração de instrumentos de coleta de dados; (2) Definição dos critérios de inclusão e exclusão dos participantes na pesquisa; (3) Convite aos participantes para composição dos painéis de avaliadores; (4) Realização da pesquisa; (5) Planejamento para a realização da análise dos dados; (6) Tratamento dos dados para análise; (7) Análise de dados (8) Elaboração do artigo científico; (9) Divulgação dos resultados em outros meios, como apresentação em eventos locais e/ou nacionais.	Como realizar a validação de conteúdo do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis, a fim de torná-lo um instrumento confiável e útil para a implementação de cantinas saudáveis?

APÊNDICE C - Instrumento de coleta de dados utilizado para a validação de conteúdo e de aparência pelos especialistas na temática.

Dados de caracterização dos especialistas					
Titulação acadêmica: () Mestrado () Doutorado		Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro não identificar		Idade (em anos): _____	
Região: () Norte () Nordeste () Centro-oeste () Sudeste () Sul					
Tempo de formação (em anos):					
Docente: () Sim () Não					
Experiência profissional: () Ensino () Pesquisa () Assistência					
Possui produção científica na área de alimentação escolar, ambiente alimentar e/ou promoção da alimentação saudável nas escolas: () Sim () Não					
Dados sobre a avaliação do material					
Domínios	Grau de concordância				Sugestões/comentários
	1 Discordo totalmente	2 Discordo parcialmente	3 Concordo parcialmente	4 Concordo totalmente	
1. Objetivos					
1.1. Contempla o tema proposto					
1.2. Adequado ao processo ensino-aprendizagem					

1.3. Incentiva a realização de mudanças nas cantinas					
1.4. O manual oferece ferramentas suficientes para a implementação de cantinas saudáveis					
2. Linguagem					
2.1. A linguagem está adequada ao público					
2.2. A linguagem é simples					
2.3. A linguagem é prática					
2.4. As informações são claras					
2.5. As informações são objetivas					
2.6. O texto desperta interesse					
2.7. Existe sequência lógica das ideias					
2.8. Há associação entre o tema de cada capítulo e o texto correspondente					
2.9. O conteúdo dos					

capítulos mantém a dinâmica da leitura					
3. Relevância					
3.1. O tema dos capítulos é relevante					
3.2. Proporciona reflexão sobre o tema					

APÊNDICE D - Instrumento de coleta de dados utilizado para a validação de aparência por especialistas em comunicação e linguagens.

Dados de caracterização dos especialistas					
Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro não identificar					Idade (em anos): _____
Formação acadêmica: () Publicidade () Letras () Linguística () Pedagogia () Marketing () Jornalismo () Outro					Titulação acadêmica: () Especialização () Mestrado () Doutorado
Tempo de formação (em anos):					
Docente: () Sim () Não					
Região: () Norte () Nordeste () Centro-oeste () Sudeste () Sul					
Dados sobre a avaliação do material					
Domínios	Grau de concordância				Sugestões/comentários
	1 Discordo totalmente	2 Discordo parcialmente	3 Concordo parcialmente	4 Concordo totalmente	
1. Linguagem					
1.1. A linguagem está adequada ao público					
1.2. A linguagem é simples					
1.3. A linguagem é prática					
1.4. As informações são claras					

1.5. As informações são objetivas					
1.6. O texto desperta interesse					
1.7. Existe sequência lógica das ideias					
1.8. Há associação entre o tema de cada capítulo e o texto correspondente					
1.9. O conteúdo dos capítulos mantém a dinâmica da leitura					